



Número: **0018854-74.2014.8.15.2001**

Classe: **AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Órgão julgador: **6ª Vara de Fazenda Pública da Capital**

Última distribuição : **11/06/2014**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Improbidade Administrativa**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REPRESENTANTE)	
JOSE MARIA DE FRANCA (REU)	BRUNO CHIANCA BRAGA (ADVOGADO) DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS registrado(a) civilmente como DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO)
ILANI SIMOES DE FRANCA (REU)	BRUNO CHIANCA BRAGA (ADVOGADO) DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS registrado(a) civilmente como DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21746 079	05/06/2019 09:35	[VOL 2][Contestação]	Autos digitalizados



conhecimento sobre tal forma de contrato, já que, apesar desta respeitada profissional ser sua rebenta, a mesma é bem maior d idade, tem sua própria família, filho e marido, respeito técnico na sua categoria, uma vida própria familiar e profissional.

Principalmente, **como neste caso, em que, apenas buscou contribuir para a melhoria de vida da comunidade, apresentando-se para compor um projeto de saúde, recebendo uma reduzida gratificação de R\$ 465,00** (quatrocentos e sessenta e cinco reais), nuns poucos meses, **muito ao contrário da mentirosa afirmação da notícia que dizia ter a mesma recebido uma exorbitância.**

Ora, como é que isto pode ser encarado como benefício próprio, um auferimento inferior até ao salário mínimo, se isto é nepotismo, convenhamos, até porque, uma odontologa conhecida e capacitada, que conseguiu ingressar por concurso no Exército Brasileiro, como poderia ser considerada beneficiada com uma irrisória remuneração desta, inferior até ao mínimo, quando, isto as vezes não é sequer um valor de um procedimento único de uma clinica particular odontológica.

Portanto, primeiramente, não existe uma única prova a demonstrar a ciência deste ex-gestor, sequer da contratação da mesma para este programa.

Contudo, além do mais, se verificam como provam os documentos **a referida contratada prestou os serviços a qual se dispôs, não causando nenhum tipo de prejuízo, muito ao contrário, prestado a preços irrisórios, tanto é assim, que foram os atuais gestores, ferozes verdugos deste requerente, que atestaram que os serviços da contratada foram prestados, tanto é assim, que o ofício 162/2011 expedido no dia 20/04/2011, pela atual gestora daquela unidade de saúde, (COCA), confirma a prestação de serviços da mesma.**



Por outro lado, se questiona a acumulação indevida de cargos, empregos ou função pública pela referida profissional, contudo, nada disto ocorreu, primeiramente, trata-se de uma profissional de Saúde, a qual, por força constitucional poderia assumir até 02 encargos públicos.

Quanto a acumulação indevida de cargos pela dita profissional, se verifica nos autos que a prova é todo a seu favor, primeiramente, não existe empecilho para que esta viesse a ocupar simultaneamente, um prestação de serviços de saúde ao Município de João Pessoa e outra para o Estado da Paraíba.

E claramente, se a mesma laborava em 01/02/2010 para o Estado, neste assessoramento aquele projeto de Fluoretação dos Mananciais de Águas, recebendo uma gratificação inferior ao mínimo legal, NÃO MAIS TRABALHAVA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, portanto, não houve uma terceira vinculação com a Administração Pública.

DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Pelo que se denota da documentação acostada aos autos, as mesmas somente fazem prova em favor da não acumulação indevida, são os informes oficiais provas que gozam de presunção são exatamente estes:

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA: (fls. 44/47) Ofício 1414/11/GS/SMS (Roseana Meira – Secretária Municipal) período de trabalho: 01/10/2004 à 01/07/2005.

EXERCITO BRASILEIRO: (fls. 43) Ofício nº 134 do Hospital de Guarnição de João Pessoa (Coronel Carlos Roberto de Oliveira), período de trabalho: período de trabalho: 01/02/2010 à 31/01/2012.

ESTADO DA PARAÍBA: (Fls. 41/44) Ofício nº 162/2011 do Centro Odontológico (Diretora da COCA Maria Luciana Machado), período de trabalho: junho/2009 à Dezembro/2010.



Neste norte, as únicas documentações oficiais acostadas aos autos dão conta que a referida contratada laborou em saúde para a Prefeitura de 01/10/2004 até 01/07/2005, como se vê do ofício 1414/11 das fls. 47, e para o Estado da Paraíba o labor teria sido de junho/2009 até Dezembro/2010, como se vê dos ofícios das fls. 41, doc. 40, neste ponto, os únicos apontamentos constantes aos autos apontam para períodos bastantes distintos.

Entretanto cabe ressaltar que, o diário acostado nos autos publicado no dia 19/06/2010, aponta para um aditamento na prestação de serviços junto a Prefeitura da referida profissional até Dezembro/2010, porém, ***faz-se uma RESSALVA EXPLICITA QUE APENAS SE INICIARÁ COM A ASSINATURA DO MESMO, e, NESTE SENTIDO, NÃO EXISTE QUALQUER PROVA DE QUE ESTES PACTOS FORAM ASSINADOS***, e mesmo que tivessem sido assinado o certo e incontestável é que, a referida profissional não prestou nenhum serviço para prefeitura após Janeiro/2010.

Outrossim, cabe registrar que, não existe impedimento constitucional para que um profissional de Saúde, tal como, odontólogos como a referida, ocupe 02 funções públicas na saúde, assim, sob prisma da Administração do Estado, esta não exerceu cargos indevidos sobre o mesmo, pois, nos autos somente existe prova de que, teria a mesma prestado serviços para o Estado e para o Exército, e, se poderia acumular dois serviços não existe questionamento, pois, se existia vedação com aquele não era para com o Estado Paraíba.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, verificando-se que as notícias maliciosamente divulgadas pelo referido jornalista, imbuídas unicamente para agradar alguém, foram feitas de forma desraigadas de verdade, por pura picuinha política revanchista,

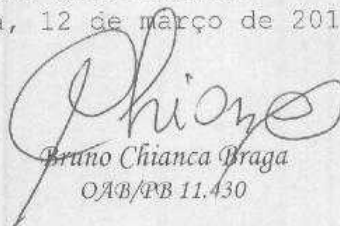
95

bem como, piamente demonstrada a ilegitimidade passiva deste ex-gestor em responder por fatos, de inteira responsabilidade de outros gestores, em especial, por trata-se de contratação de Pessoal no âmbito da estrutura do Estado da Paraíba, de atribuição e responsabilidade das autoridades administrativas da Pasta da Administração Estadual, ou, do órgão descentralizado do Centro de Odontologia (COCA), o qual, tem autonomia para promover sob os auspícios e regulamentos da Secretária de Administração a seleção de seu pessoal contratado.

Ademais, claramente, inexistiu qualquer acúmulo ilegal de cargos pela referida profissional de saúde contratada, como mencionado, por tratar-se de profissional da área de saúde, podendo acumular até 02 cargos, outrossim, esta cumpriu piamente os serviços pelos quais recebeu da Administração Pública, como comprovam os documentos das fls. 41 e seguintes, não causando qualquer prejuízo ao erário, muito ao contrário, a modesta gratificação recebida pela respeitada profissional, muito inferior ao salário mínimo (R\$ 465,00), foi de toda proveitosa para o Ente contratante, por ser um valor realmente bastante insignificante a sua colaboração no projeto que participou, assim, afasta-se que, nem de longe demonstrado que a mesma tenha recebido qualquer favorecimento por parte deste gestor ou a seu mando, até porque, muito ao contrário, não existe uma única prova de que, este tivesse tido conhecimento ou autorizado a sua contratação, portanto, de todo o exposto, fica-se evidente a insubsistência do procedimento, esperando o pronto arquivamento do mesmo, por medida de justiça.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.
João Pessoa, 12 de março de 2012.




Bruno Chianca Braga
OAB/PB 11.430



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
CMSE - 7º RM - 7º DE
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA



Ofício nº 134 - Sect /Ass.Jur.

João Pessoa, 11 de maio de 2011.

Senhor Promotor de Justiça,


Atendendo solicitação do Ofício nº 0349/2011/CPP/PCI, Proc. Adm. N° 018/2011/CPP, de 11 de abril de 2011, dessa Curadoria de Defesa do Patrimônio Público, informo-vos em anexo pela ficha individual da militar em questão, ou seja, a 2ª Ten RANÍ SIMÕES DE FRANÇA FERNANDES e publicação em Boletim Interno desta OMS que seu início nesta instituição militar (HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA), ocorreu no dia 01/02/2010 com término em 31/01/2011, pelo Boletim Interno nº 044, de 8 de março de 2010 e prorrogação de tempo de serviço de 01/02/2011 a 31/01/2012, pelo Aditamento ao Boletim Interno nº 022, de 01/02/2011. Esperando assim, que com as informações fornecidas, Vossa Excelência possa instruir os autos do procedimento administrativo mencionado no Ofício de remessa supracitado.

Atenciosamente,

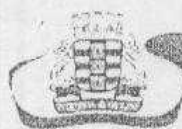

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA - Tenente - Coronel
Diretor do Hospital de Guarnição de João Pessoa

A Sua Excelência o Senhor
RANIERE DA SILVA DANTAS
Promotor de Justiça
Av. Rodrigues Chaves, nº 65, 1º Andar, - Centro - João Pessoa - PB
CEP: 58011-040

RECEBI em 23/05/2011 Por: 21.65


Carlos Henrique Rocha da Fonseca
matrícula nº 95.243-4





JOÃO PESSOA

GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DA SECRETÁRIA



Ofício nº 1414/11/GS/SMS

João Pessoa, 04 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor:

Dr: RANIERE DA SILVA DANTAS

M.D.: Promotor de Justiça da Curadoria de Defesa do Patrimônio Público

Ministério Público do Estado da Paraíba

Rua: Rodrigues Chaves, 65 - Centro

Nesta/

*R. h.
Dantas - ao Eng.
Cumprimentando-o.
25/05/11
Raniera da Silva Dantas
Promotor de Justiça*

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o com os encômios de que Vossa Excelência é merecedora, servimo-nos do presente para, em observância ao expediente administrativo de nº 347/2011/PPP/PGJ, datado de 11 de abril do andante calendário, remeter a esse Parquet, cópias dos contratos administrativos celebrados entre esta Edilidade e a profissional ILANI SIMÕES DE FRANCA, na qualidade de cirurgia dentista, tais atinentes ao intervalo mediado entre 1º de outubro de 2004 e 1º de julho de 2005, período de exercício da citada nesta.

Por oportuno, despidiendo consignar, depreenda-se do citado instrumento às cláusulas primeira e quarta, resposta às questões assinaladas no ofício à baila.

Sendo o que se nos apresenta par ao instante, colocamo-nos à disposição para o que mais se afigure por necessário.

Atenciosamente,

ROSEANA MARIA BARBOSA MEIRA

Secretária de Saúde do Município





GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
CENTRO ODONTOLÓGICO CRUZ DAS ARMAS



Ofício nº 162 /2011/C.O.C.A

João Pessoa, 20 de Abril de 2011.

44
up

Senhora Gerente,

Estamos informando a V. S^a., que a servidora **Ilani Simões de França** Matrícula 903.385-8, Prestadora de Serviço trabalhou nesta unidade de saúde de junho /2009 a dezembro / 2010 com carga horaria de 4 horas semanais nas quinta-feiras.

Atenciosamente,

Dra. Marcia Luciana Machado
Diretora do COCA
Mat. 169.568-1

Dr^a Márcia Luciana Machado
Diretora do Coca – Mat: 169.568-1

Sr^a Maria de Fátima Silva Araújo
Gerente de Administração/SES
Secretaria de Saúde - PB

Av. Cruz das Armas, 1581 – Cruz das Armas/ João Pessoa - PB CEP: 58087-100
Fones: (83) 3215 6022 / (83) 3215 6047 / (83) 3215 6010



M019 CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - NSI
36 SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

18/04/20
15:25:

CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS FUNCIONAIS I

trricula - 903.385-8 Nome - ILANI SIMOES DE FRANCA
n.Func. - 903.385-8 Seq.Vinc - 1
rgo - 884 PRESTACAO DE SERVICO
Comiss. -
gime - 09 SEM VINCULO Quadro - T TEMPORARIO
ev. - 2 Forma Admissao - 04 CONTRATADO TEMPO DETERMI
Tipo Admissao - 01 ADMISSAO DO EMPREGADO NO
Data Ingresso Serv. Pub -
Data Admissao - 01/04/2009
Data Posse - 01/04/2009
Data Exercicio - 01/04/2009
T. Servico Estado - 00 a 00 m 00 d
Aposentadoria - 00 a 00 m 00 d
Publico - 00 a 00 m 00 d
Sala Aula - 00 a 00 m 00 d
Quinquenio - Anos
Nivel - NAO

M020 CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - NSI
36 SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

18/04/20
15:24:

CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS FUNCIONAIS II

ricula - 903.385-8 Nome - ILANI SIMOES DE FRANCA
ao - 024 SEC. EST. SAUDE
Orcamentaria - 024 SEC. EST. SAUDE
dade - 2054
de Pagadora - 200 JOAO PESSOA
de Trabalho - 11034-00 CENT. ODONTOL. C. DAS ARMAS/COCA
e Trabalho - 200 JOAO PESSOA Orgao do Req. -
Bancaria Orgao Externo - *****
co - 1 Situacao - 17 AFASTADO
ncia - 4020 4 Prazo -
ero - 305382 2 Dt. Afast. - 01/01/2011
s - Motivo Afast. - 4 ENCERRAMENTO DE CONT
o - Dt. Aposent. -
lario - Tipo Aposent. - *****
e Fin. - Dt. Ret. Atv. -
Sit. Ret. Atv. - Marca Alteracao -

Pagto Concluido -

Retorna

PF5 - Consulta Ccomissionado

PF9 - Encer





ente
eja



FICHA FINANCEIRA DE PESSOAL

EXERCÍCIO DE 2009
MATRÍCULA - 903858

SEC. EST. SAÚDE
NOME DO FUNCIONÁRIO: ILIANE SIMÕES DE FRANCA

C.P.F. - 740029452

COD.	DESCRIÇÃO	JANEIRO	FEBREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOT - LÍQUIDA
37	DECÍMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	312,00	,00	312,00
167	REMUNERAÇÃO CONTR. TEMPORÁRIO	,00	,00	,00	465,00	,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	3.720,00
	TOTAL DE VANTAGENS	,00	,00	,00	465,00	,00	465,00	465,00	465,00	465,00	465,00	775,00	465,00	4.000,00
994	INSS - RGPS 13 SALÁRIO	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	24,80	,00	24,80
997	INSS - RGPS	,00	,00	,00	37,20	,00	37,20	37,20	37,20	37,20	37,20	37,20	37,20	297,60
	TOTAL DE DESCONTOS	,00	,00	,00	37,20	,00	37,20	37,20	37,20	37,20	37,20	62,00	37,20	332,40
	TOTAL LÍQUIDO	,00	,00	,00	427,80	,00	427,80	427,80	427,80	427,80	427,80	713,00	427,80	3.707,60



100
6

PROCURAÇÃO PARTICULAR



OUTORGANTE: JOSÉ MARIA DE FRANÇA, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob n.º 069.535.064-15, com endereço domiciliar na Rua Padre Aires n.º 588, Apt. 1901, Bairro do Miramar, João Pessoa/PB

OUTORGADO: BRUNO CHIANCA BRAGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob n.º 11.430, JOSÉ DE ARIMATEIA MADRUGA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob n.º 3.581 e DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS, brasileiro, solteiro, estagiário, inscrito na OAB/PB sob o n.º 10.251-E, ambos com endereço profissional na Avenida Barão de Mamanguape n.º 1123, Bairro da Torre, João Pessoa/PB. Tel. (83) 3042-5556.

PODERES:

da cláusula ad-judicia gerais e especiais para representar a outorgante, em Juízo ou fora dele, em qualquer foro, perante qualquer autoridade ou particular, podendo propor todos os atos e ainda os indispensáveis para transigir, acordar, discordar, receber e dar quitação, confessar desistir, ratificar, endossar cheques, impugnar, contestar, inclusive substabelecer, com ou sem reserva, propor e variar de ações, desistir, anuir, arguir suspeição de qualquer autoridade, suscitar incidente de falsidade, impetrar mandado de segurança, recorrer para qualquer instância ou Tribunal, requerer junto à repartições Federais, Estaduais e Municipais, da administração direta ou indireta, enfim, praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato.

João Pessoa, 16 de fevereiro de 2011.


JOSÉ MARIA DE FRANÇA



CONCLUSÃO
Nesta data faço conclusão do
procedimento a Promotoria de
Justiça do Município Público
para deliberação.
João Pessoa, 15/03/2012
João Benjamin Delgado Neto
MAT. 701.505-4

listar etc.

Expeça-se ofício à Secretaria de
Saúde desta Municipalidade, requisitando es-
clarecimentos acerca da manifestação contra-
ditória existente entre as informações con-
tidas no expediente de fls. 94 e aquela
constante no Extrato do CNES, ⁽¹⁰⁶¹⁾ obtido con-
ta de que a investigada, Jhami Simões
de França, possuía, em janeiro de 2011,
contrato temporário para prestação de ser-
viços na USF Paulo Afonso, localizada
no bairro de Jangadeiros, nesta Capital.

JPA/PA, 20.03.12


JOÃO BENJAMIN DELGADO NETO
PROMOTOR DE JUSTIÇA





Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa

Em, 13/06/2012

PROTOCOLADO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
CURADORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Av. Rodrigues Chaves, 65, 1º. Andar, centro – CEP nº 58011-040 (defronte ao prédio do Sesi)
Fone: (0xx83) 2107-6120/21076100/ FAX (0xx83) 21076094

Ofício nº 787/2012/PDPP

Inquérito Civil Público nº 1615/2011

Objeto da investigação: Estado da Paraíba - Improbidade Administrativa - Secretaria de Estado da Saúde - Ilani Simões França - cargo odontóloga - acumulação de cargos.

João Pessoa, 30 de maio de 2012.

A Sua Excelência a Senhora
ROSEANA MARIA BARBOSA MEIRA
Secretária de Saúde do Município de João Pessoa
Secretaria de Saúde do Município – SESAU
AV. Júlia Freire, s/n Torre

Assunto:requisita informações abaixo descritas para atendimento à investigação já mencionada.

Senhora Secretária,

REQUISITO¹ a Vossa Excelência, em prazo improrrogável² de **10(dez) dias**, prestar esclarecimentos acerca da manifesta contradição existente entre as informações contida no expediente nº 1414/2011/GS/SMS, e aquele constante no extrato do CNES(cópias anexadas), dando conta de que a investigada, **ILANI SIMÕES DE FRANÇA**, possuía, em janeiro de 2011, contrato temporário para prestação de serviços na USF Paulo Afonso, localizada no bairro de Jaguaribe, nesta Capital.

Atenciosamente,

JOÃO BENJAMIM DELGADO NETO
Promotor de Justiça

¹ artigos 129, VI, da Constituição Federal; 44, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 97/2010

² art. 8º, § 1º da lei Federal nº 7.347/85

OHG





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DE JOÃO PESSOA



Inquérito Civil Público nº 1615/2011

CERTIDÃO

CERTIFICO que, até o presente momento o Ofício nº 787/2012, de 30 de maio de 2013, não obteve resposta.

João Pessoa, 10 de maio de 2013.


LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA
Técnico de Promotoria
Matrícula: 701.370-1

CONCLUSÃO

Faço conclusos os autos ao 2º Promotor de Justiça em substituição, Dr. João Benjamim Delgado Neto.

João Pessoa, 10 de maio de 2013.


LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA
Técnico de Promotoria
Matrícula: 701.370-1





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS DA CAPITAL
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



1615/2011

DESPACHO

Compulsando os presentes autos, observa-se que o último despacho proferido está datado em 20 de março de 2012, ou seja, a mais de 01 (um) ano da data em epígrafe.

Tal constatação revela fato grave e inadmissível, sobretudo quando se tem em conta o princípio constitucional da duração razoável do processo, o qual está sendo manifestamente inobservado na hipótese.

Diante de tais considerações, determino à Escrivania deste Órgão Especializado seja certificado, circunstanciadamente, as razões e motivos da paralisação do feito em tela nas dependências do Cartório pelo inadmissível prazo mencionado, mormente quando havia despacho a ser cumprido pelo referido departamento.

Ademais, considerando que a instauração do presente Inquérito Civil Público ocorrera em 23 de março de 2011, isto é, há mais de dois anos a contar retroativamente da presente data;

Considerando que os elementos de convicção colhidos até este momento são insuficientes ao esclarecimento do fato denunciado, demonstrando-se imprescindível, portanto, a continuidade das investigações;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB sob n.º 001/2010,

Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil Público pelo prazo de 01 (um) ano, em obediência à norma adrede citada.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS DA CAPITAL
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



105
b

Outrossim, renove-se, **COM URGÊNCIA**, o expediente de fl., registrando a imprescindibilidade das informações requisitadas para fins de instrução das investigações em análise, bem como a possibilidade de responsabilização criminal pela prática do delito descrito no artigo 10, da Lei n.º 7.347/85, em caso de reiteração do descumprimento injustificado.

Empós, retornem-me os autos conclusos.

João Pessoa – PB, 14 de maio de 2013.

João Benjamim Delgado Neto
2.º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital
Em substituição legal





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DE JOÃO PESSOA



Inquérito Civil Público nº 1615/2011

CERTIDÃO

CERTIFICO que, o presente procedimento encontrava-se sobrestado sem nenhuma justificativa formal, juntamente com outros que estavam aguardando resposta no Cartório.

Outrossim, externamos fato conhecido por todos que compõem esta Promotoria de Justiça que, tendo em vista que a demanda de Procedimentos em tramitação é inversamente proporcional ao número de servidores disponíveis à estrutura deste órgão de execução, assunto que já fora levado ao conhecimento do Procurador-Geral de Justiça, por mais que se demande esforço por parte dos servidores, infelizmente, fatos pontuais como o da paralisação de um procedimento poderão fatalmente ocorrer.

João Pessoa, 15 de maio de 2013.


LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA
Técnico de Promotoria
Matrícula: 701.370-1

CONCLUSÃO

Em face da certidão supra, faço conclusos os autos ao Promotor de Justiça, Dr. João Benjamim Delgado Neto.

João Pessoa, 15 de maio de 2013.


LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA
Técnico de Promotoria
Matrícula: 701.370-1

Av. Rodrigues Chaves, 65, 1º. Andar, centro – CEP nº 58011-040, fone/PABX: 2107-6100





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

Ofício nº 469/2013/PDPP

Inquérito Civil Público nº 1615/2011

Objeto da Investigação: NEPOTISMO - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SECRETARIA DE SAÚDE - SUPOSTAS IRREGULARIDADES QUANTO A ADMISSÃO DA SRA. ILANI SIMÕES FRANÇA NA FOLHA DE PESSOAL - GRAU DE PARENTESCO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO (FILHA) - JOSÉ MARIA DE FRANÇA.

João Pessoa, 22 de maio de 2013.

Ao Ilustríssimo(a) Senhor(a)

SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa

Av. Júlia Freire, s/n, Torre

João Pessoa – PB

Assunto: Requisição de informações abaixo descritas para atendimento à investigação mencionada.

Senhor Secretário

REQUISITO¹ a Vossa Excelência, em prazo improrrogável de **10 (dez) dias²**, informações circunstanciadas acerca da manifesta contradição existente entre as informações contidas no expediente nº 1414/2011/GS/SMS, e aquele constante no extrato do CNES, cópias em anexo, dando conta de que a investigada, a Sra. Ilani Simões de França, possuía, em janeiro de 2011, contrato temporário para prestação de serviços na ESF Paulo afonso, localizada no bairro de Jaguaribe, nesta capital.

Outrossim, informo que as informações requisitadas são indispensáveis a instrução da presente investigação, de sorte que **a recusa, retardamento ou omissão em seu fornecimento ensejará a caracterização do crime descrito no artigo 10 da Lei 7.347/85.**

Atenciosamente,

JOÃO BENJAMIM DELGADO NETO
2º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital
em substituição legal

LC

¹ artigos 129, VI, da Constituição Federal; 44, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 97/2010

² art. 8º, § 1º da lei Federal nº 7.347/85



DEVOLUÇÃO – OFICIAL DE PROMOTORIA

Declaro que, nesta data, efetuo a devolução desta contrafé, mediante a seguinte informação acerca da diligência efetuada:

- () Cumprida integralmente, mediante entrega pessoal.
() Cumprida integralmente, mediante entrega a terceiro identificado, em virtude da justificativa abaixo assinalada.
() Não cumprida, em virtude da justificativa abaixo assinalada.

JUSTIFICATIVA: _____

_____.

João Pessoa - PB, ____/____/20____

Oficial de Promotoria





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DE JOÃO PESSOA




Nº 1615/2012

CERTIDÃO

CERTIFICO que, foi juntado a este procedimento o ofício nº 1447/13/GS/SMS da Secretária de Saúde do Município de João Pessoa.

João Pessoa, 05 de julho de 2013.


ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL
Oficial de Promotoria II
Matrícula: 701.327-2





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
GABINETE DO SECRETÁRIO



Ofício nº 1447/13/GS/SMS

João Pessoa, 21 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor:

JOÃO BEJAMIM DELGADO NETO

M.D.: 2º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital

Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Ministério Público do Estado da Paraíba

Nesta/ 38043 030

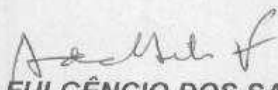
Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente para em resposta ao expediente administrativo nº 469/2013/PDPP, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa/Ministério Público da Paraíba, datado de 22 de maio do ano corrente, acerca da contradição existente entre as informações contidas no expediente nº 1414/2011/GS/SMS e aquele constante no extrato do CNES, cópias em anexo, desume-se que houve falha na atualização daquele cadastro em tempo hábil, haja visto que, logo após a data da rescisão contratual da servidora **ILANI SIMÕES DE FRANÇA**, cirurgiã dentista, matrícula nº 80.019-1, em 22 fevereiro de 2010, foi encaminhada outra servidora substituindo a mesma, conforme cópia de Encaminhamento nº 311/2010, datado de 08 de março de 2010, em anexo.

Neste norte oportuno, seguem outros documentos comprobatórios como: cópias das folhas de ponto durante o ano de 2010, ficha cadastral, bem como, cópia da rescisão contratual, a fim de contribuir na investigação referente a profissional supracitada.

Sendo o que se formula para o instante, colocamo-nos a disposição para o que porventura se afigura necessário.

Atenciosamente,


ADALBERTO FULGÊNCIO DOS SANTOS JÚNIOR
Secretário de Saúde do Município

Av. Epitácio Pessoa, 1324 – Torre – CEP.: 58040-000 Fones: (083) 214-7970 R: 260 – Fax: (083) 214-7967





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

Processo nº 108826113
Gabinete / SMS



Ofício nº 469/2013/PDPP

Inquérito Civil Público nº 1615/2011

Objeto da Investigação: NEPOTISMO - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SECRETARIA DE SAÚDE - SUPOSTAS IRREGULARIDADES QUANTO A ADMISSÃO DA SRA. ILANI SIMÕES FRANÇA NA FOLHA DE PESSOAL - GRAU DE PARENTESCO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO (FILHA) - JOSÉ MARIA DE FRANÇA.

João Pessoa, 22 de maio de 2013.

Ao Ilustríssimo(a) Senhor(a)
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa
Av. Júlia Freire, s/n, Torre
João Pessoa – PB

Assunto: Requisição de informações abaixo descritas para atendimento à investigação mencionada.

Senhor Secretário

REQUISITO¹ a Vossa Excelência, em prazo improrrogável de **10 (dez) dias²**, informações circunstanciadas acerca da manifesta contradição existente entre as informações contidas no expediente nº 1414/2011/GS/SMS, e aquele constante no extrato do CNES, cópias em anexo, dando conta de que a investigada, a Sra. Ilani Simões de França, possuía, em janeiro de 2011, contrato temporário para prestação de serviços na ESF Paulo afonso, localizada no bairro de Jaguaribe, nesta capital.

Outrossim, informo que as informações requisitadas são indispensáveis a instrução da presente investigação, de sorte que **a recusa, retardamento ou omissão em seu fornecimento ensejará a caracterização do crime descrito no artigo 10 da Lei 7.347/85.**

Atenciosamente,

JOÃO BENJAMIM DELGADO NETO
2º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital
em substituição legal

LC

¹ artigos 129, VI, da Constituição Federal; 44, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 97/2010

² art. 8º, § 1º da lei Federal nº 7.347/85





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DA SECRETÁRIA



Ofício nº 1414/11/GS/SMS

João Pessoa, 04 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor:

Dr: RANIERE DA SILVA DANTAS

M.D.: Promotor de Justiça da Curadoria de Defesa do Patrimônio Público

Ministério Público do Estado da Paraíba

Rua: Rodrigues Chaves, 65 - Centro

Nesta/

*Rh.
Ante-se ao Jang-
ant. conseq. pendente -
25/05/11
Raniera da Silva Dantas
Promotor de Justiça*

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o com os encômios de que Vossa Excelência é merecedora, servimo-nos do presente para, em observância ao expediente administrativo de nº 347/2011/PPP/PGJ, datado de 11 de abril do andante calendário, remeter a esse Parquet, cópias dos contratos administrativos celebrados entre esta Edilidade e a profissional **ILANI SIMÕES DE FRANCA**, na qualidade de cirurgiã dentista, tais atinentes ao intervalo mediado entre 1º de outubro de 2004 e 1º de julho de 2005, período de exercício da citada nesta.

Por oportuno, despidiendo consignar, depreenda-se do citado instrumento às cláusulas primeira e quarta, resposta às questões assinaladas no ofício à baila.

Sendo o que se nos apresenta par ao instante, colocamo-nos à disposição para o que mais se afigure por necessário.

Atenciosamente,

ROSEANA MARIA BARBOSA MEIRA

Secretária de Saúde do Município

Av. Epitácio Pessoa, 1324 - Torre - CEP: 58040-000 Fones: (083) 214-7970 R: 260 - Fax: (083) 214-7967





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
CENTRO ODONTOLÓGICO CRUZ DAS ARMAS**



Ofício nº 162 /2011/C.O.C.A

João Pessoa, 20 de Abril de 2011.



Senhora Gerente,

Estamos informando a V. S^a. que a servidora **Ilani Simões de França** Matrícula **903.385-8**, Prestadora de Serviço trabalhou nesta unidade de saúde de junho /2009 a dezembro / 2010 com carga horária de 4 horas semanais nas quinta-feiras.

Atenciosamente,

Dra. Marcia Luciana Machado
Diretora do COCA
Mat. 169.568-1

Dr^a Márcia Luciana Machado
Diretora do Coca – Mat: 169.568-1

Sr^a Maria de Fátima Silva Araújo
Gerente de Administração/SES
Secretaria de Saúde - PB

Av. Cruz das Armas, 1581– Cruz das Armas/ João Pessoa - PB CEP: 58087-100
Fones: (83) 3215-6023 (83) 3215 6042 (83) 3215-6010.
E-mail: coca.govpb@gmail. com



113
L

http://cnes.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Prof_Sus.asp?J=1



Ministre de la Santé

200

3-BAYTAS 1000

H26304

Instituto Cienot

Services

Polish

1

Nacional de
Interiores de

Professionisti



~~Identification No~~

Notes:

PLAQUE SIMONE DE FRANGE

50X0:

FERN LINDGREN

CHES

980016277992096

ATUALIZADO: 16/1/2011 Enviado Por: PÁQUETE

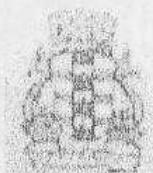
Enviado por: PAPAIA/

Dedus Professional

CBO	CNES	Estabelecimento	Situação	Carga Ft. Outros	Carga H.Amb.	Carga H.Hosp.	Total	SUS	Vinculo Externo	Tipo	Subtipo
3005408	3005408	USF PAULO ARFENSO	ativo	00HS	40HS	00HS	40HS	Sim	UNICULIO EMPREGATARIO	CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	SEM SUBTIPO
3005408	3005408	USF PAULO ARFENSO	ativo	00HS	20HS	00HS	20HS	Não	OUTROS	PROPRIETARIO	SEM SUBTIPO
3005408	3005408	USF PAULO ARFENSO	ativo	00HS	20HS	00HS	20HS	Não	OUTROS	PROPRIETARIO	SEM SUBTIPO

Ficha Detalhada





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Da: Diretoria da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Para: DS I

ENCAMINHAMENTO Nº 311/2010

De acordo com a devida autorização como consta no Processo nº3843/2010 encaminhamos o (a) prestador (a) VIRGINIA ROLIM B. DE SOUZA-ODONTÓLOGA para desenvolver suas atividades laborais junto a USF PAULO AFONSO, com carga horária de 40 HORAS semanais e início em 08.03.2010.

Cientificamos a esse DISTRITO através da chefia do (a) interessado (a), cabe o acompanhamento de sua respectiva frequência e avaliação do desempenho na equipe para subsidiar os registros funcionais e outras medidas pertinentes.

Através desse solicitamos ainda que seja informado a este setor, a data de início que o prestador de serviços iniciou suas atividades e se o mesmo esta com sua frequência normal.

João Pessoa, 8 de março de 2010.

Judas Tadeu de Carvalho
Diretor da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

DATA: 8/3/10

ASSINATURA: _____



FREQUÊNCIA MENSAL

DISTRITO SANITÁRIO I - MÊS: JANEIRO/2010

157 PAULO ALONSO

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	VÍNCULO	OBSERVAÇÕES	FÉRIAS		EELIAS
					PREST. DE SERVIÇOS	PREST. DE SERVIÇOS	
ERI NOBARRONA ALMEIDA	60.001-40	ACD	PREST. DE SERVIÇOS				
CRISTINA OLIVEIRA ALMEIDA	60.257-1	ETC. INTERMEDIARIA	MUNICÍPIO				
DENNIS WILKER ROBERTO ESTANIS	84.402-5	ACS	CLT				
DEYSA ABRAS DE JACQUES ALFERREIRA	64.406-5	ACS	CLT				
EDIMAR ALMEIDA SILVA	57.202-7	AUX. INTERMEDIARIA	MUNICÍPIO				
ERICKA DE LIMA HOLLEIM	700.710-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS	Misturada por determinação da Y. Jorodica			
GERILANEXA OLIVEIRA BRETES	84.235-4	ACS	CLT				
HELENA TONSCA VAREIRO	84.002-5	ACS	CLT				
JEANILSON DE FRANCA	41.184-1	DENTISTA	PREST. DE SERVIÇOS				
JAILSON FERNANDES DA CRUZ	45.947-0	RECEPTICIONISTA	PREST. DE SERVIÇOS				
JOSLY NASCIMENTO DOS SANTOS	84.211-7	ACS	CLT				
JUVANILDO DA SILVA SOUSA		VIGILANTE	MUNICÍPIO				
LECTAURY LONSCA ALFERREIRA	44.272-7	AUX. DE CRIA	MUNICÍPIO				
MARIA JOSÉ DE SOUZA FREIRE	40	AUX. SERVIÇOS	PREST. DE SERVIÇOS				
NADIA MARIA SILVA DA CRUZ	700.670-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS				
ROSALY REGINA DE LUCENA DIAS	84.006-1	ACS	CLT				
ROSIMERE PAULINO DE OLIVEIRA	700.671-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS				
SABONI NASCIMENTO SANTOS	700.642-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS				
TARISLA NERY AZEVEDO LIMA	33.173-2	INTERMEDIARIA	MUNICÍPIO				

04.01.X.02.02.10



115



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Tempo de cuidar, tempo de respeitar.

FREQUÊNCIA MENSAL

DISTRITO SANITÁRIO I - MÊS: FEVEREIRO/2010

USF	PAULO AFONSO	UTB			
NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO / FUNÇÃO	VÍNCULO	OBSERVAÇÕES	FÉRIAS FALTAS
BRUNO BARBOSA ALMEIDA	60.001-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS		
CRISTIANA ARAUJO DE ALBUQUERQUE	33.267-4	TEC. ENFERMAGEM	MUNICÍPIO		
DENNYN WILKER RODRIGUES LEMOS	84.492-7	ACS	CLT		
DIANA ABRANTE BATISTA FERREIRA	84.009-2	ACS	CLT		
EDILMA RAUJINO DA SILVA	27.202-7	AUX. ENFERMAGEM	MUNICÍPIO		
ERICKA DE LIMA TOLEDO	700.710-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS	Alçada por determinação da A. Jurídica	
GERLANIA COELHO MEIRELES	84.235-4	ACS	CLT		
HELJANE FONSECA RIBEIRO	84.002-5	ACS	CLT		
ILANI SIMÕES DE FRANÇA	41.184-1	DENTISTA	PREST. DE SERVIÇOS	Soliz. Desligamento 17/02/2010.	
JOSÉY NASCIMENTO DOS SANTOS	84.211-7	ACS	CLT		
JUVANILDO DA SILVA SOUSA	26.797-0	VIGILANTE	MUNICÍPIO		
LUCI MARY FONSECA FERREIRA	11.212-7	MÉDICO(A)	MUNICÍPIO		
MARIA JOSE DE SOUZA FREIRE	-0	AUX. SERVIÇOS	PREST. DE SERVIÇOS		
NADIA MARIA SILVA DA CRUZ	700.612-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS		
ROSALY REGINA DE LUCENA DIAS	84.066-1	ACS	CLT		
ROSIMERI PAULINO DE OLIVEIRA	700.631-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS		
SIMONE NASCIMENTO SANTOS	700.642-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS		
TARSILA NERY AZEVEDO LIMA	33.173-2	ENFERMEIRO(A)	MUNICÍPIO	Lic. médica 01/02a12/02/10 23:02a26/02/10	



MANOELA MATEUS DA SILVA





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tempo de cidade, tempo de respeito.

FREQUÊNCIA MENSAL

DISTRITO SANITÁRIO I - MÊS: MARÇO/2010

USF

PAULO AFONSO

UTB 2063483

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO / FUNÇÃO	VÍNCULO	OBSERVAÇÕES	FÉRIAS	FALTAS
BRUNO BARBOSA ALMEIDA	60.001-0	RECEPCIONISTA	PREST. DE SERVIÇOS			
CRISTIANA ARAUJO DE ALBUQUERQUE	33.267-4	ACD	PREST. DE SERVIÇOS			
DENNY WILKER RODRIGUES LENOS	84.492-7	TEC. ENFERMAGEM	MUNICÍPIO			
DIANA ABRANTE BATISTA FERREIRA	84.009-2	ACS	CLT			
EDILMA RAULINO DA SILVA	27.202-7	ACS	CLT			
ERICKA DE LIMA TOLEDO	700.710-0	AUX. ENFERMAGEM	MUNICÍPIO			
GERLANIA COELHO MEIRELES	84.235-4	ACS	PREST. DE SERVIÇOS afastada dos pontos pelo SUS			
HELIANE FONSECA RIBEIRO	84.002-5	ACS	CLT			
ILANI SIMÕES DE FRANÇA	41.184-1	ACS	CLT			
JOSÉY NASCIMENTO DOS SANTOS	84.211-7	DENTISTA	PREST. DE SERVIÇOS	mes base de trabalho 4/3/70		
JUVANILDO DA SILVA SOUSA	-0	ACS	CLT	atraso de 26/3/70		
LUCI MARY DE FONSECA FERREIRA	11.212-7	VIGILANTE	MUNICÍPIO			
MARIA JOSE DE SOUZA FREIRE	-0	MÉDICO(A)	MUNICÍPIO	licença médica		
NADIA MARIA SILVA DA CRUZ	700.612-0	AUX. SERVIÇOS	PREST. DE SERVIÇOS			
ROSALY REGINA DE LUCENA DIAS	84.066-1	ACS	PREST. DE SERVIÇOS	durante 30/3/70		
ROSIMERI PAULINO DE OLIVEIRA	700.631-0	ACS	CLT			
SIMONE NASCIMENTO SANTOS	700.642-0	ACS	PREST. DE SERVIÇOS	atraso de 3/3/70	3/3/70	
TARSILA NERY AZEVEDO LIMA	33.173-2	ACS	PREST. DE SERVIÇOS	atraso de 4/3/70	4/3/70	
Enfermeiro(a)	33.173-2	Enfermeiro(a)	MUNICÍPIO	licença médica		

Dentista

Violante de Souza



117



GOVERNO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE SAUDE

DATA: 21/06/2011
HORA: 09:41
PAG.: 1/1



Dados Cadastrais do Funcionário

Matrícula	Nome			
80.019-1	ILANI SIMOES DE FRANCA			
Pai	JOSE MARI DE DE FRANCA	Dt. Nascimento	19/10/1975	
Mãe	IONISE BARBOSA SIMOES DE FRANCA	Sexo	Feminino	
Grau de instrução	EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPLETO	Estado civil	SOLTEIRO	
Cônjuge		Dt. Nascimento cônjuge		
Naturalidade	UF	Nacionalidade	Ano Cheg.	
BRASILIA	DF	BRASILEIRO		

Documentação do Funcionário

Identidade	Emissão	CPF		
1314079/SSP-PB	17/07/1997	007400294-52		
Reservista	Categoria	Série		
Habilitação	Registro habilitação	Categoria	Carteira de saúde	
Título eleitoral	Zona	Seção	Tipo sanguíneo	Fator RH
237008741/236	76	70		
Carteira de trabalho	Série	UF	NIT	PIS/PASEP
21856	00032		11975776814	
Profissão	Especialidade		Reg. da prof.	
DENTISTA			3556	

Dados Funcionais

Data de admissão	Situação	Data de Afastamento		
01/12/2006	02 - DEMISSAO	22/02/2010		
Tipo de admissão	Vínculo			
2 - CONTRATO	MUNICIPAL			
Data do concurso	Data da posse	Data do exercício		
Tipo do salário	Turno de trabalho			
Mensalista				
Ciclo Empregaticio	Regime de Previdência	Carga horária	Tipo	
SERV. PREST	5-INSS SERV. PRESTADO	40	Semanal	
Secretaria	Unidade de trabalho			
DISTRITO SANITARIO 01	DS I - PAULO AFONSO (JAGUARIBE)			
Atividade	Classificação funcional			
PSF - ODONT/ACD SERV. PREST.	0.04.55.1.1-DENTISTA			
Simbologia				
Opção do FGTS	Data da opção	Conta do FGTS		
N	01/12/2006			
Sector		Recebe por Produtividade		
1-GERAL				

Endereço do Funcionário

Endereço	Número	Bairro	
174156 - RUA PADRE AYRES	588	07003-MIRAMAR	
Município	UF	CEP	
0001-JOAO PESSOA	PB	58043260	
Complemento		Telefone	
.APARTAMENTO: 1901		32433180	
E-Mail		Celular	
60264			





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Saúde do Município
Assessoria Jurídica



TERMO DE RESCISÃO

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, em 2 de janeiro de 2009, celebrou com o(a) Sr.(a) ILANI SIMÕES DE FRANCA, o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Temporários por Excepcional Interesse Público nº. 1504/2009, com o objetivo primordial a prestação dos serviços na função de Odontóloga junto ao D.S. II – Paulo Afonso. A Ilustríssima Secretária de Saúde, Dra. ROSEANA MARIA BARBOSA MEIRA, a pedido, resolve RESCINDI-LO de pleno direito, sem ônus remanescentes para os contratantes, com base na Cláusula Sétima do referido Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido caso o Contratado pratique ato que redunde em responsabilidade civil e administrativa para a Administração Pública, faltar com respeito aos colegas e aos superiores, praticar usura em qualquer de suas formas e receber comissões ou vantagens de qualquer espécie que desvirtuem a prestação do serviço para a qual foi contratado (a), inclusive com o emprego de material, bem ou equipamento, sob sua responsabilidade. Será rescindido, também, por iniciativa de qualquer das partes contratantes, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias, sem qualquer ônus.

O presente instrumento foi confeccionado em cinco vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e efeitos legais, elegendo o Foro da Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Termo.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2010.

ROSEANA MARIA BARBOSA MEIRA
Secretária de Saúde
Contratante

CIENTE:

Sr.(a) ILANI SIMÕES DE FRANCA

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2) _____

Av. Júlia Freire, s/n – CEP 58.040-000 - Fone: 214-7970 – Ramal 232



Ministério Público da Paraíba
Promotoria do Patrimônio Público da Capital

RECEBIDO
Em 24/06/13 às 15:50

Armando Sales Correia
Oficial de Promotoria II
Matricula 701.332-9





CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusão do
procedimento ao D.º Graciano
de Justiça do Cat. Civil.
para deliberação.
João Pessoa, 08 de 07 de 13
Assinatura





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DE JOÃO PESSOA

1615/120
MINISTÉRIO P. U.
Nº 121
t

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em obediência ao despacho exarado pelo Promotor de Justiça, Dr. João Benjamim Delgado Neto, fora providenciada a confecção do Ofício nº 679/2013/PDPP, encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça informando a respeito da prorrogação da presente ICP.

João Pessoa, 15 de julho de 2013.


LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA
Técnico de Promotoria
Matrícula: 701.370-1





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DA CAPITAL

Ofício nº 679/2013/PDPP

João Pessoa, 15 de julho de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO
Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Comunicado quanto a prorrogação dos prazos dos Inquéritos Cíveis Públicos.

Excelentíssimo Procurador-Geral,

COMUNICO a Vossa Excelência que foram **prorrogados, pelo prazo de 1(um) ano, os Inquéritos Cíveis Públicos** relacionados em anexo, de acordo com o que dispõe o artigo 12, da Resolução CPJ/MPPB nº 01/2010.

Atenciosamente,

JOÃO BENJAMIM DELGADO NETO
2º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital
em substituição legal

LC

*Av. Rodrigues Chaves, 65, 1º. Andar, centro – CEP nº 58011-040 (em frente ao prédio do SESI)
Fone: (0xx83) 2107-6100/ 2107-6728 (PABX), 2107-6137





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA



123
6

PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DE PROCEDIMENTOS		
FASE	Nº DO PROCESSO	PRAZO
ICP	nº 48/2011	1 ANO
ICP	nº 885/2011	1 ANO
ICP	nº 358/2011	1 ANO
ICP	nº 2035/2011	1 ANO
ICP	nº 722/2011	1 ANO
ICP	nº 875/2011	1 ANO
ICP	nº 1268/2011	1 ANO
ICP	nº 755/2011	1 ANO
ICP	nº 58/2011	1 ANO
ICP	nº 1365/2013	1 ANO
ICP	nº 142/2011	1 ANO
ICP	nº 1615/2011	1 ANO
ICP	nº 875/2011	1 ANO
ICP	nº 1268/2011	1 ANO
ICP	nº 358/2011	1 ANO
ICP	Nº 48/2011	1 ANO

*Av. Rodrigues Chaves, 65, 1º. Andar, centro – CEP nº 58011-040 (em frente ao prédio do SESI)
Fone: (0xx83) 2107-6100/ 2107-6728 (PABX), 2107-6137





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS DA CAPITAL
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



1615/2011

DESPACHO

Expeça-se ofício ao Secretário de Saúde do Estado, requisitando, no prazo legal, informações circunstanciadas sobre as datas de início e término do exercício do cargo de Secretário de Saúde do Estado por José Maria de França.

Com a resposta, voltem-me conclusos.

João Pessoa – PB, 30 de julho de 2013.

João Benjamim Delgado Neto
2º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital
Em substituição legal





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA



Ofício nº 16/2014/PDPP

Investigação nº 1615/2011

Objeto da Investigação: NEPOTISMO - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SECRETARIA DE SAÚDE - SUPOSTAS IRREGULARIDADES QUANTO A ADMISSÃO DA SRA. ILANI SIMÕES FRANÇA NA FOLHA DE PESSOAL - GRAU DE PARENTESCO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO (FILHA) - JOSÉ MARIA DE FRANÇA.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2014.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA
Av. Dom Pedro II, 1826 – Centro
João Pessoa – CEP: 58040-903

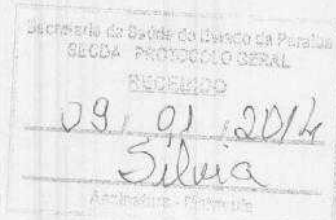
Assunto: Requisição de informações abaixo descritas para atendimento à investigação mencionada.

Senhor Secretário,

REQUISITO¹ a Vossa Excelência, em prazo improrrogável de **10 (dez) dias²**, informações circunstanciadas sobre as datas de início e término do exercício do cargo de Secretário de Saúde do Estado por **José Maria de França**.

Atenciosamente,


GARDÊNIA CIRNE DE ALMEIDA
2º Promotor de Justiça em substituição



AP

¹ artigos 129, VI, da Constituição Federal; 44, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 97/2010

² art. 8º, § 1º da lei Federal nº 7.347/85





126
6

JUNTADA

Nesta data faço juntada documento
n.º 83165
encaminhado por Soc. Saúde

do Pessoa, 24.05.14
[Signature]





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO**



Ofício n.º 0093 /GS

João Pessoa, 21 de janeiro de 2014

À Sua Excelência, a Senhora
GARDÊNIA CIRNE DE ALMEIDA
2.º Promotor de Justiça em substituição
Promotoria de Justiça de Direitos Difusos
Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa
Rua Monsenhor Walfredo Leal, 353, 1.º andar, Tambiá
CEP: 58.020-540 - NESTA

Senhora 1.º Promotor,

Em atenção ao Ofício n.º 16/2014/PDPP, Investigação n.º 1615/2011, encaminhamos a Vossa Excelência as informações fornecidas pela Subgerência de Recursos Humanos, relativas as datas de início e término do exercício do cargo de Secretário de Saúde do Estado por **JOSÉ MARIA DE FRANÇA**.

Atenciosamente,


WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado da Saúde

NEGO

AV. DOM PEDRO II, N.º 1826 – TORRE JOÃO PESSOA – PB - CEP: 58.040.903
FONE: (083)-3218-7485 Fax: 3218-7305



NOME: **JOSÉ MARIA DE FRANÇA**

CPF: 069.535.064-15

RG: 2236398/SSP/RN

MATRÍCULA: 139.560-2

ENDEREÇO: Rua Mario Batista Junior, nº 30 – Miramar – Fone : 3224-8387



Nomeado para o cargo de Secretário de Saúde através do D.O.E. de 24.04.1996

Exonerado do cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 1864, de 24.12.2002 - D.O.E., de 25.12.2002

Nomeado para o cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 1865, 24.12.2002

Exonerado do cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 013, de 02.01.2003

Nomeado para o cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 1628, 18.02.2009

Exonerado do cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 3948, de 27.12.2010

Nomeado para o cargo de Secretário de Saúde através do Ato Governamental nº. 3949, 27.12.2010

Exonerado do cargo de Secretário de Saúde através do Decreto nº. 31987, de 02.01.2011



Ministério Público da Paraíba
Promotora do Patrimônio Público da Capital

RECEBIDO
Em 21.01.19 às 15h30


Ozanete de Holanda Castro
Oficial de Promotoria II
Mat. 126.868-6
Chefe de Cartório





129
+

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusão do

procedimento a 2ª Parte:

Matrimônio Público

para deliberação.

João Pessoa, 24 de Maio de 2019





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

PROMOTORIA DE DIREITOS DIFUSOS DE JOÃO PESSOA
2ª PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



Nº18/2011

DESPACHO

Averbo-me suspeita por motivo de foro íntimo. Encaminhar os autos ao Promotor de Justiça competente. Comunicações necessárias.

João Pessoa - PB, 10 de fevereiro de 2014.

GARDÊNIA CIRNE DE ALMEIDA

2ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital

Gardênia Cirne de Almeida
- 20ª Promotor de Justiça Auxiliar de 3ª Entrância



130

Ministério Público da Paraíba

No. _____

131

+

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusão do
procedimento a 0 8º Prom.
Ministério Público
para deliberação.

João Pessoa, 12, 02, 14
[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

PROMOTORIA DE DIREITOS DIFUSOS DE JOÃO PESSOA
3ª PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



Nº 1615/2011

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando que os elementos de convicção colhidos até este momento são insuficientes ao esclarecimento do fato denunciado, demonstrando-se imprescindível, portanto, a continuidade das investigações;

Determino a realização da seguinte diligência:

a) Oficie-se a Secretaria de Saúde do Estado, através do seu Departamento de Recursos Humanos, para disponibilizar, no **prazo de 15 dias**, informações cadastrais da servidora **Ilani Simões de França**, especificamente no período compreendido entre **18 de fevereiro de 2009 e 02 de janeiro de 2011**, enviando-nos sua portaria de nomeação, data do início do exercício, folha de ponto, contracheques, lotação, bem como o nome do seu chefe imediato.

Após, retornem-me os autos conclusos.

João Pessoa/PB, 19 de fevereiro de 2014.

Ricardo Alex Almeida Lins
Ricardo Alex Almeida Lins

3º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital

Ricardo Alex Almeida Lins
– 12º Promotor de Justiça Auxiliar de 3ª Entrância





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS DIFUSOS
TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
COMARCA DE JOÃO PESSOA



Ofício nº 719/2014/PDPP

Investigação nº 1615/2011

OBJETO DA INVESTIGAÇÃO: NEPOTISMO - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SECRETARIA DE SAÚDE - SUPOSTAS IRREGULARIDADES QUANTO A ADMISSÃO DA SRA. ILANI SIMÕES FRANÇA NA FOLHA DE PESSOAL - GRAU DE PARENTEDCO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO (FILHA) - JOSÉ MARIA DE FRANÇA.

João Pessoa, 24 de março de 2014.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

SECRETÁRIO(A) DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA

Av. Dom Pedro II, 1826 -

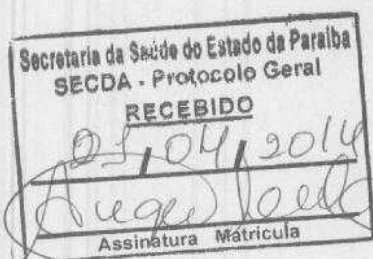
Centro - João Pessoa - CEP: 58040-903

Assunto: Requisição de informações abaixo descritas para atendimento à investigação mencionada.

Senhor(a) Secretário(a),

REQUISITO¹ a Vossa Excelência, em prazo improrrogável² de **15 (quinze) dias**, informações cadastrais da servidora **Ilani Simões de França**, especificamente no período compreendido entre **18 de fevereiro de 2009 e 02 de janeiro de 2011**, enviando-nos sua portaria de nomeação, data do início do exercício, folha de ponto, contracheques, lotação, bem como o nome do seu chefe imediato.

Atenciosamente,



Ricardo Alex Almeida
RICARDO ALEX ALMEIDA LINS
3º Promotor de Justiça

AP

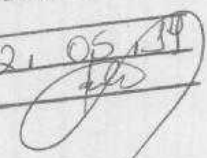
¹ artigos 129, VI, da Constituição Federal; 44, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 97/2010

² art. 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85





134
L

JUNTADA
Sistema de Arquivo Juntada documento
de 11/2/19
encaminhado por Sec. Saúde
Estado
João Pessoa, 22.05.19




OFÍCIO 332 /2014

João Pessoa, 13 de maio de 2014.

Ref.: Ofício nº 0719/2014 – PDPP

Investigação nº 1615/2011

Exmo. 3º Promotor de Justiça

RICARDO ALEX ALMEIDA LINS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS

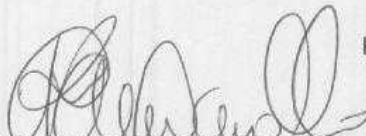
Tutela do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Av. Dom Pedro II, 1826 – Centro – João Pessoa – CEP: 58040-903


Em atendimento ao **OFÍCIO Nº 719/2014**, expedido por esta Promotoria, que solicitou as informações pertinentes a servidora ILANI SIMÕES DE FRANÇA, segue em anexo o histórico detalhado da servidora (nomeação, início do exercício, folha de ponto, lotação), no entanto, deixa de anexar os contracheques e o contrato de prestação de serviços, tendo em vista que tais documentos são de competência da Secretaria de Administração do Estado.

Ante o exposto, devidamente prestadas os esclarecimentos, nos cumpre nesta ocasião apresentar a Vossa Senhoria protestos da mais elevada estima e consideração, como também nos colocamos a disposição para eventuais explicações que se fizerem necessários.

Nestes Termos.
Pede e Espera Deferimento.



Katterine de Menezes Ramalho
Assessora Jurídica – SES/PB
OAB/PB 16.955 - Mat. nº. 169.232-1



Ana Amélia Paiva
Coordenadora da Assessora Jurídica – SES
OAB/PB 12.331 – Mat. nº. 169.260-7

NEGO





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO



PROCESSO 010414548 – ILANI SIMÕES FRANÇA

Ofício nº 719/2014/PDPP – Investigação nº 1615/2011 – MP – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS
DIREITOS DIFUSOS – COMARCA DE JOAO PESSOA

À ASSESSORIA JURIDICA

Revedo os assentos funcionais desta Secretaria, consta que ILANI SIMÕES DE FRANÇA, matrícula 903.385-8, Prestadora de Serviço, admitida em 01.04.2009, para prestar serviço no Centro Odontológico de Cruz das Armas, na função de Odontóloga, teve seu contrato encerrado em 01.01.2011.

No que se refere ao envio da documentação relativa ao contrato do prestador de serviço e contracheques informamos que não dispomos dos mesmos tendo em vista que contratação e pagamento de salário são de competência da Secretaria de Administração do Estado.

Com relação a chefia imediata, no período de 12.03.2009 a 12.01.2011 tinha como Direção Geral KILZA RIBEIRO ALVES, matrícula 149.341-8.

Em, 03.04.2014.


Luciana Matos Sarmiento Diniz e Silva
Secretaria de Estado da Saúde
Mat. 133.208-7





Page: 1 Document Name: untitled

RHAFM018
SSA004

CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - NSI
SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

03/04/2014 13:07:20

CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS PESSOAIS

Matricula - 903.385-8 Nome - ILANI SIMOES DE FRANCA
Num.Func.: 903.385-8 Seq.Vinc.: 1
D. Nasc. - 19/10/1975 Sexo - F FEMININO E. Civil - 1 SOLTEIRO
Portador Necessidade Especial - N
N. Ident. - 1314079 Orgao - SSP UF - PB Ex. Comb. - N
Data Exp. -
Nacional. - 010 BRASILEIRO Ano Chegada -
Raca/Cor - 06 OUTROS
Natural. - PB 07507 JOAO PESSOA
CPF - 007.400.294-52 PASEP - 19036288323 NIT/INSS -
Instr. - 90 SUPERIOR COMPLETO
Formacao - 152 ODONTOLOGIA C BIOLOG E DA SAUDE BACHARELADO

Reserv. - Titulo- 0023708741236 0076 92072
C. Profissional -

PF3 - Retorna

PF9 - Encerra

Date: 3/4/2014 Time: 15:06:00





Page: 1 Document Name: untitled

RHAFM019
SSA004

CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - NSI
SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS
CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS FUNCIONAIS I

02/04/2014
15:07:31

Matricula - 903.385-8 Nome - ILANI SIMOES DE FRANCA
Num.Func. - 903.385-8 Seq.Vinc - 1
Cargo - 884 PRESTACAO DE SERVICO
Disciplina- *****
C.Comiss. -
Regime - 09 SEM VINCULO Quadro - T TEMPORARIO
Prev. - 2 Forma Admissao - 04 CONTRATADO TEMPO DETERMIN
CHF - Tipo Admissao - 01 ADMISSAO DO EMPREGADO NO
Dep. IR - Data Ingresso Serv. Pub - 01/04/2009
Dep. SF - Data Admissao - 01/04/2009
Dep. Ex. - Nivel: B Data Posse - 01/04/2009
Indicativo - 0 Grupo: CTP Data Exercicio - 01/04/2009
CLF - 00.100.91 Data de Posse C.Comiss. -
C.Comiss. - T. Servico Estado - 00 a 00 m 00 d
Simbolo - Aposentadoria - 00 a 00 m 00 d
Publico - 00 a 00 m 00 d
Sala Aula - 00 a 00 m 00 d
Estavel - NAO Quinquenio - Anos

PF3 - Retorna

PF9 - Encerra

Date: 3/4/2014 Time: 15:06:06





Page: 1 Document Name: untitled

RHAFM020
SSA004

CODATA - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - NSI
SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS
CONSULTA DE FUNCIONARIO - DADOS FUNCIONAIS II

03/04/2014
15:07:33

Matricula - 903.385-8 Nome - ILANI SIMOES DE FRANCA
Lotacao - 024 SEC. EST. SAUDE
Und. Orcamentaria - 024 SEC. EST. SAUDE
Atividade - 2054
Opcao de Contribuicao sobre Remuneracao Total:
Unidade Trabalho - 11034-00 CENT. ODONTOL. C. DAS ARMAS/COCA
Cidade Trabalho - 200 JOAO PESSOA Orgao do Req. -
Conta Bancaria Orgao Externo - *****
Banco - 1 Situacao - 17 AFASTADO
Agencia - 4020 7 Prazo -
Numero - 305382 2 Dt. Afast. - 01/01/2011
Folias - Motivo Afast. - 4 ENCERRAMENTO DE CONT
Ensino - Dt. Aposent. -
13 Salario - Tipo Aposent. - *****
Indice Fin. - Data Aposent. Inv. -
Data Reversao - Marca Alter. -
Sit. Reversao - Dt. Deslig. F:

PF3 - Retorna PF5 - Cargo Ccomissionado PF7 - Anotacao PF9 - Encerra

Date: 3/4/2014 Time: 15:06:09





Page: 1 Document Name: untitled

Historico Detalhado		3/04/2014
		17:26:41
Matricula	: 149.341-8- KILZA RIBEIRO ALVES	
Natureza	: 01.03 NOMEACAO PARA OCUPAR, EM COMISSAO, O CARGO DE	
Complemento	: DIRETOR GERAL DO CENTRO ODONTOLOGICO DE CRUZ DAS ARMAS-COCA, SIMBOLICO CSS-4, DA SEC.DE ESTADO DA SAUDE . POSSE EM 12/03/2009.	ao D/I
		07
		07
Data Documento	: 09/03/2009	Sequencia : 1
Tipo Documento	: 01 ATO	09
Documento	: 2371	
Data Publicacao	: 12/03/2009	Deferimento : 09
Autoridade	: 0001	Referencia 1 :
Referencia 2	:	Referencia 3 :
PF-Retorna		9-Encerra

Date: 3/4/2014 Time: 17:25:24





Page: 1 Document Name: untitled

Historico Detalhado		3/04/2014
		17:28:06
Matricula	: 149.341-8	
Natureza	: 30.02 DISPENSA DO ENCARGO DE RESPONDER PE LO CARGO DE	
Complemento	: DIRETOR GERAL DO CENTRO ODONTOLOGICO DE CRUZ DAS ARMAS-COCA, SIMBOLICO CSS-4, DA SEC.DE ESTADO DA SAUDE . POR FORCA DA NOMEACAO DO TITULAR.	ao D/I
		11
		11
		11
Data Documento	: 11/01/2011	Sequencia : 1
Tipo Documento	: 01 ATO	
Documento	: 164	
Data Publicacao	: 12/01/2011	Deferimento :
Autoridade	: 0001	Referencia 1 :
Referencia 2	:	Referencia 3 :
PF-Retorna		
		9-Encerra

Date: 3/4/2014 Time: 17:27:04



Ministério Público da Paraíba
Promotoria do Patrimônio Público da Capital

RECEBIDO

Em 20.05.16 às 15h40


Ozanete de Holanda Castro
Oficial de Promotoria II
Mat. 126.868-6
Chefe do Cartório





CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusão do

procedimento a D. 3.º Term.
Ministério Público
para deliberação.

João Pessoa, 22 de 08 de 14



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**

PROMOTORIA DE DIREITOS DIFUSOS DE JOÃO PESSOA
3ª PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Ref. Inquérito Civil Público nº 1615/2011

DESPACHO

Vistos, etc.

Observa-se que o presente Inquérito civil público já resta suficientemente instruído com a documentação necessária ao manejo da ação civil pública por improbidade administrativa, objetivando a tutela ao patrimônio público e ao direito fundamental difuso à probidade administrativa.

Isto posto, determino:

- 1) O encaminhamento dos presentes autos e anexos à distribuição do Fórum Civil desta Capital, com vistas ao sorteio a uma das varas da Fazenda Pública da Capital, devidamente acompanhados da contrafé;
- 2) Por fim, dê-se baixa no registro nesta Promotoria, instrua-se a pasta respectiva em nossos arquivos e informe-se a respeito no MPVirtual.

João Pessoa - PB, em 09 de junho de 2014

RICARDO ALEX ALMEIDA LINS
3º Promotor de Justiça do Patrimônio Público da Capital

Ricardo Alex Almeida Lins
- 12º Promotor de Justiça Auxiliar de 3ª Entrância



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOAO PESSOA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 11/06/2014 13 horas 08 minutos

Processo: 0018854-74.2014.815.2001

Classe: Acao CIVIL PUBLICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Valor da causa : 10000,00

Serie : 10

Autor : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO D

Reu : JOSE MARIA DE FRANCA E OUTROS

Vara : 6A. VARA FAZENDA PUBLICA

Juiz : ALUIZIO BEZERRA FILHO

Comotor: AMADEUS LOPES FERREIRA

CONCLUSÃO

Ao MM. Juiz de Direito da 6ª

Vara da Fazenda

Em 12 / 06 / 2014

ADRIANO LOPES FERREIRA

#43
144
6



145
L



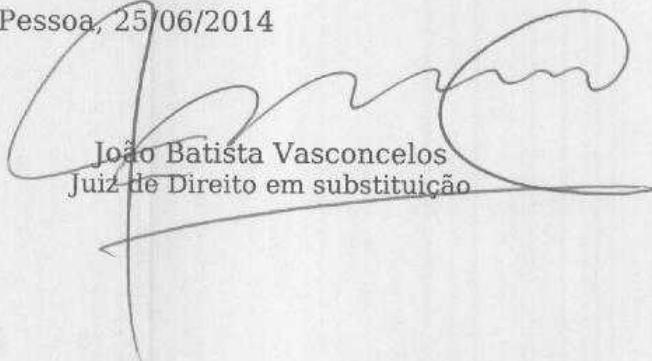
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Vistos, etc.

Trata-se de Ação Civil Pública regida pela Lei n. 8.429/92.

Assim sendo, nos termos do art. 17, § 7º da Lei 8.429/92, notifique(m)-se o(s) requerido(s), pessoalmente, para oferecer(em) manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

João Pessoa, 25/06/2014


João Batista Vasconcelos
Juiz de Direito em substituição

DATA

Recebido hoje

30/06/2014



Assinado eletronicamente por: LUCIANA MATOS SARMENTO DINIZ E SILVA - 04/06/2019 14:42:40

CERTIDÃO

Certifico que solicitei o(s)
mandado(s) do tipo not. 01 e 02
em cumprimento e respeitável
determinação da fls. _____
Em 21 de 04 de 14

Rmg
Assessor Técnico Judiciário

JUNTADA

Certifico que nesta data faço juntada
assunto mandado 01 e 002

22 de 08 de 14
Rmg

Assessor Técnico Judiciário



3 depois do Teto Silva por laudo.

146
6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOAO PESSOA

MANDADO 001 - MANDADO

PROCESSO: 0018854-74.2014.815.2001 6A. VARA FAZENDA PUBLICA
Classe : ACAO CIVIL PUBLICA

AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA

Endereço: R

0

Bairro :

Cidade:

CEP:

REU : JOSE MARIA DE FRANCA

Endereço: R MARIO BATISTA JUNIOR

30

Bairro : MIRAMAR

Cidade: JOAO PESSOA

CEP:

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA MANDA AO OFICIAL DE JUSTICA, ABAIXO NOMINADO, QUE, CUMpra O QUE DETERMINA O O DESPACHO JUDICIAL, ABAIXO TRANSCRITO.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL

NOTIFIQUE-SE O REQUERIDO, PESSOALMENTE, PARA OFERECER MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, QUE PODERÁ SER INSTRUIDA COM DOCUMENTOS E JUSTIFICACÕES, DENTRO DO PRAZO DE 15 DIAS. SEGUE CÓPIA DA INICIAL EM ANEXO.

LOCAL: FORUM DES. MARIO MOACIR PORTO
AVENIDA JOAO MACHADO S/N - JAGUARIBE CEP: 58013522

JOAO PESSOA, 22 DE JULHO

DE 2014.

Ania Baptista P. de Amorim

ANIA BAPTISTA PEREIRA DE AMORIM

CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 9278-3

065 22/07/2014

O oficial acima deverá se identificar com sua carteira funcional
Recomendação: AO COMPARECER EM JUIZO, ESTEJA TRAJANDO VESTIMENTA ADEQUADA AO AMBIENTE FORENSE. <DIA>

CIENTE:

MANDADO SEM GUIA DE DILIGENCIA INFORMADA.

00188547420148152001001



CERTIDÃO

Certifico que, diligenciei até ao endereço supra e lá, encontrei a residência fechada, procurei informação com a vizinha Sra. ROZANA Nº 40 que afirmou que quem reside atualmente no endereço é a Sra. ELIANE e um senhor idoso que sofre de Alzheimer, que o Sr. JOSÉ MARIA não residia no citado endereço e sim na casa da esquina que hoje funciona uma Galeria Escola de Ballet, que não sabe mais informar. Sendo assim, deixei de notificar o Sr. JOSÉ MARIA DE FRANÇA por não localizá-lo. Dou fé.

João Pessoa/PB, 30 de Julho de 2014.


Oficial de Justiça – 9278-3





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOAO PESSOA

MANDADO 002 - MANDADO

PROCESSO: 0018854-74.2014.815.2001 6A. VARA FAZENDA PUBLICA
Classe : Acao CIVIL PUBLICA

AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA

Endereco: R

0

Bairro :

Cidade:

CEP:

REU : ILANI SIMOES DE FRANCA

Endereco: R PADRE AIRES

588 APT 1901

Bairro : MIRAMAR

Cidade: JOAO PESSOA

CEP:

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA MANDA AO OFICIAL DE JUSTICA, ABAIXO NOMINADO, QUE, CUMpra O QUE DETERMINA O O DESPACHO JUDICIAL, ABAIXO TRANSCRITO.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL

NOTIFIQUE-SE A REQUERIDA, PESSOALMENTE, PARA OFERECER MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, QUE PODERÁ SER INSTRUIDA COM DOCUMENTOS E JUSTIFICACÕES, DENTRO DO PRAZO DE 15 DIAS. SEGUE CÓPIA DA INICIAL EM ANEXO.

LOCAL: FORUM DES. MARIO MOACIR PORTO
AVENIDA JOAO MACHADO S/N - JAGUARIBE CEP:58013522

JOAO PESSOA, 22 DE JULHO

DE 2014.

Ania Baptista P. de Amorim

ANIA BAPTISTA PEREIRA DE AMORIM

CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 9259-3

065 22/07/2014

O oficial acima deverá se identificar com sua carteira funcional
Recomendação: AO COMPARECER EM JUÍZO, ESTEJA TRAJANDO VESTIMENTA
ADEQUADA AO AMBIENTE FORENSE. <DIA>

CIENTE: *Ilani Simoes de Franca*
MANDADO SEM GUIA DE DILIGENCIA INFORMADA.

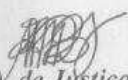
00188547420148152001002



CERTIDÃO

Certifico que notifiquei a parte ré de todo o conteúdo deste, a qual de tudo ficou bem ciente, exarou sua assinatura e recebeu cópia da inicial e contrafé. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 29 de julho de 2014.


Oficial(a) de Justiça.

CONCLUSÃO
Ao MM. Juiz de Direito da 6ª
Vara da Fazenda
Em 22/08/2014


Assinatura do Juiz





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Vistos, etc.

Vistas ao autor da certidão de fl. 146-verso

João Pessoa, 25/08/2014.



Aluizio Bezerra Filho
Juiz de Direito

DATA

Nesta data, recebi estes autos do Juiz de
Direito da 6ª. Vara da Fazenda Pública
da Capital.

João Pessoa, 27/08/14



Analista/Técnica Judiciária



JUNTADA
Certifico que nesta data foram juntados
aos autos petição

15 03 14
2009



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

Ação de Improbidade administrativa nº 0018854-74.2014.815.2001

ILANI SIMÕES DE FRANÇA, brasileira, maior de idade, casada, odontóloga, por seus advogados infra-assinados legalmente constituídos, conforme instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional na Avenida Barão de Mamanguape nº 1.123, Bairro da Torre, Cidade de João Pessoa/PB, Fone: (83)3042-5556, onde recebe as intimações e publicações, vem, mui respeitosamente, diante de Vossa Excelência, com fulcro na legislação vigente, apresentar sua

MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

Quanto a Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa promovida pelo representante do Ministério Público Estadual, expondo robustamente os seguintes fatos.

EFETIVAMENTE, NUMA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, até em função de sua natureza, NECESSITA-SE ANTES DE SEU PROSSEGUIMENTO SER VERIFICADO, NUM JUÍZO PREAMBULAR SE OS ARGUMENTOS AUTORAIS DO PARQUET A E AS PROVAS POR ELE PRODUZIDAS SÃO SUFICIENTES PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSITURA DA REFERIDA AÇÃO, o que nem de longe é o caso, inclusive, PONDERAR QUANTO A NÍTIDA ILEGITIMIDADE ATIVA DO SUSCITANTE, E AINDA neste caso concreto, É PATENTE A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL EM QUESTÕES DE INTERESSE DA UNIÃO FEDERAL.

Avenida Barão de Mamanguape nº 1.123, Bairro da Torre, Cidade de João Pessoa - CEP: 58.040-330
Fone: (83)3042-5556/ (83)3512-5553/ (83)3512-5554/ (83)9302-1141 Endereço eletrônico: bruno.chianca@bol.com.br

PROTOCOLADO FORUM CIVEL 08/SET/2014 17:10 076871



DO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA

De antemão, antes de ingresso propriamente no mérito, se tem que, a presente demanda é inexplicavelmente interposta pelo Ministério Público Estadual, para questionar uma suposta acumulação do cargo público Federal de Tenente do Exército Brasileiro que a promovida exercia como Dentista do Hospital de Guarnição de João Pessoa (Órgão Federal), de interesse da UNIÃO, com o vínculo de dentista do Município de João Pessoa (Órgão Municipal) por exatos 16 dias, isto mesmo, 16 dias, registrando que se questiona também a acumulação daquele cargo federal para com um Contrato Eventual para Projeto de Saúde Bucal do Centro de Odontologia de Cruz das Armas (Órgão Estadual).

No que pese, somente por este ponto, o assunto envolve diretamente cargo público Federal do EXÉRCITO BRASILEIRO, portanto demandas que envolvem interesse direto da União Federal, competência Constitucional de averiguação exclusiva do Ministério Público Federal.

É TÃO CLARA A FALTA DE ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL PARA INSTIGAR A PRESENTE DEMANDA, QUE NÃO FOI A TOA QUE O PRÓPRIO PROMOTOR DA JUSTIÇA DA CURADORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL, POR MEIO DO OFÍCIO Nº 350/10/CPP/PGJ (doc. incluso), REMETEU O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO POR ELE INICIADO PARA A RESPONSABILIDADE DO PARQUET FEDERAL TENDO EM VISTA HAVER REFERENCIA A ATUAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Ora, foi justamente pela não atribuição constitucional do Ministério Público Estadual de analisar a matéria, que instado pelo parquet do Estado, o Ministério Público Federal, instalou o Procedimento Administrativo nº 018/2011, no âmbito da Procuradoria da República na Paraíba, como fez comunicar o Procurador Federal Dr. Yordan Moreira Delgado ao Promotor Estadual, por Meio do Ofício nº 084/2011/MPF/PR-PB anexo.



Isto mesmo, apesar de ter constatado o *parquet* Estadual não deter atribuição de averiguar a conduta mencionada, por ter entre as matérias vergadas interesse da UNIÃO, tanto é assim, que remeteu o caso para o *parquet* Federal, o qual instaurou procedimento no âmbito da Procuradoria da República, contudo, ainda enveredou a interpor esta demanda, sob a mesma discussão.

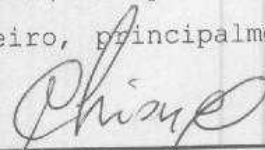
Observe-se inclusive, que a própria autoridade ministerial informou oficialmente ao Ministério Público Estadual que estaria assumindo o encargo sob tal apuração, o fazendo por meio do Procedimento Administrativo nº 1.24.0000.000641/2011-38, distribuída a um Procurador da República designado.

Contudo, depois da questão ter sido apurada, instruída, ajuizada, e enfim, decidido a Matéria pela Justiça Federal Especializada, tudo, para agora, mesmo ciente do tramite da questão na Seara Federal, inexplicavelmente, a autoridade ministerial Estadual propõe a presente demanda, isto é demais.

Neste sentido, **se perfaz a incompetência do Ministério Público Estadual para interpor ação que volta-se a discutir acumulação de cargo federal no Exército Brasileiro, já que, é atribuição constitucional do Ministério Público Federal, como o próprio *parquet* Estadual havia entendido, como provam-se os documentos.**

DA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO APURATÓRIO NO AMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Outrossim é que, chega-se a ser um atropelo sem igual o embate da questão em duplicidade, pois, já fora a questão enfrentada, investigada, decidida, sob o mesmo assunto, acumulação destes referidos cargos, em especial, no que tange, a relação jurídica para com o Exército Brasileiro, principalmente,



quanto a sua exigência peculiar de não acumulação específica, quando, este já encontra-se averiguado, pelo que se tem idéia, inclusive de forma positiva junto ao Ministério Público Federal, no procedimento nº 1.24.000.000641/2011-38, portanto, injustificável que, ambos órgãos fiscalizadores gastem-se suas energias e recursos administrativo em mesmo embate de questionamento.

Inclusive, chega-se a ser um contrassenso, se imaginar a Justiça do Poder Judiciário Paraibano ser instigada por meio desta demanda judicial, chegando-se a uma conclusão ao seu ver, e concomitantemente ser pela Justiça Federal chegado a outra conclusão.

Pois sim, não é justificável a manutenção de tal situação, mantendo-se tal discussão, quando, está já encontra-se sob os auspícios da autoridade ministerial federal, junto ao processo investigatório nº 1.24.000.000641/2011-38.

Deste modo, **nada mais acertado do que, ser decretado a ilegitimidade autoral do Ministério Público Estadual para propor a presente demanda judicial**, devendo-se em consequência ser extinto o feito sobre a questão, é o que, espera-se e requer.

DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL

Como se depreende, em consonância com o acima mencionado, envolvendo matéria de interesse da UNIÃO FEDERAL, tal como, acumulação de cargos, onde um dos mesmos é Federal, torna-se matéria a ser discutida na JUSTIÇA FEDERAL ESPECIALIZADA.

Ora, as questões de interesse da UNIÃO FEDERAL, mesmo que, tenham também interesse dos Municípios e dos Estados, tal como, no presente que envolveria a ocupação indevida de um Cargo no Exército Brasileiro, atrai constitucionalmente a Competência Absoluta da JUSTIÇA FEDERAL.





Neste norte, somente por aí, deverá o feito ser extinto sem julgamento de mérito, diante da evidente incompetência da Justiça Estadual julgar feito com algum interesse da UNIÃO FEDERAL, é o que se requer e espera.

DO MÉRITO

Como se depreende, apesar de sempre ter laborado com muito esmero e profissionalismo nas diversas ocupações públicas desempenhadas por esta Odontóloga, fora recebido a presente interposição judicial como muita surpresa, já que, apesar de ter sido apresentada defesa administrativo ao órgão acusatório, nenhuma ponderação se teve sobre suas assertivas, e pior ainda, sequer teve notícias de das conclusões administrativas deste parquet.

Registre-se também, maiores surpresas se teve, quando, apesar da autoridade ministerial ter enviado tal assunto para a responsabilidade do Ministério Público Federal, o que ensejou a uma resposta administrativa perante aquele órgão acusatório, porém, foi surpreendida pela presente intentada também, na seara estadual.

Sem muitas delongas, a presente discussão iniciou-se em função de uma mal intencionada, descabida, mentirosa, leviana notícia formulada por determinado jornalista, que a serviço de agradar os futuros donos do poder do ESTADO DA PARAÍBA, neste ímpeto de coisas é que foi PRODUZIDO este factóide politiqueiro, no decorrer de um processo político de grandes traumas, desta tumultuada disputa eleitoral do Governo do Estado do ano de 2010, o qual não foram preservados sequer o respeito pelas pessoas e suas famílias, enfaticamente, para atingir pessoas conhecidas, nesta prática do jornalismo vergonhoso enxovalhou-se o nome desta



modesta e respeitada profissional da saúde com uma notícia fantasiosa de uma indevida acumulação de ocupação de cargos, empregos ou funções públicas, o que, pode até ter sido proveitoso, pois, mais tarde nomeado este jornalista como Secretário do então candidato adversário.

Portanto, de cara, a matriz do presente procedimento é para lá de repugnante, principalmente, por não condizer pela verdade, em especial, porque nunca houve acumulação indevida de cargos por esta mera trabalhadora da saúde pública, tão pouco, fora a peticionária nomeada pelo então Sr. Secretário de Estado da Saúde a época, DR. JOSÉ MARIA DE FRANÇA, como maliciosamente aduziu este jornalista, até porque, não fazia parte das incumbências legais e constitucionais desta antiga autoridade administrativa estadual, fazer a contratação de outros órgãos públicos autônomos, tal como, o COCA- Centro Odontológico, órgão administrativo com autonomia administrativa e financeira.

Com efeito, inicialmente registre-se que inexistiu por parte desta requerente qualquer acumulação ilegal de cargos, seja por qual ângulo se queira ponderar.

Nem tão pouco qualquer má-fé, indignidade no cumprimento de suas funções, ou incompatibilidade de horários, como ficou-se muito bem provado.

Veja-se por aí, que o órgão acusatório enveredou no caminho de dar-se guarida exclusivo ao promiscuo factóide denunciante, como se dele pudesse extrair alguma verdade, efetivamente, sem ponderar-se nem mesmo sob suas claras improbidades da reportagem.

Foi dito na inicial de que esta promovida foi admitida na "Secretaria de Estado da Saúde" no dia 01/04/2009, para prestar serviços ao Centro Odontológico de Cruz das Armas, permanecendo até 01/01/2011, enquanto seu pai era Secretário de Saúde.





Quando de fato ela nunca foi admitida nem pelo Estado da Paraíba, muito menos pela Secretária de Estado da Saúde, nem tão pouco pelo órgão público autônomo do CENTRO ODONTOLÓGICO DE CRUZ DAS ARMAS, pois, nunca ocupou cargo comissionado, ou emprego público para ser admitido por este Ente Federal.

No que tange, aos serviços que prestou para o Estado, o certo é que a contratação com o Estado se deu de forma extremamente temporária, com a finalidade da contratada participar na elaboração, supervisão e complementação dos Projetos técnicos de fluoretação das águas dos mananciais dos Municípios de João Pessoa e Campina Grande, tendo aquela profissional, basicamente, trazido sua contribuição técnica como respeitada perita na área, em tal projeto, e, em contrapartida recebido uma mera gratificação por isto, não tratando-se de ocupação de cargo público, emprego ou função pública.

Veja-se inclusive no documento incluso do SISTEMA CADASTRAL DO ESTADO, que faz referência clara ao serviço prestado pela Odontóloga especialista, que foi "SEM VÍNCULO", isto mesmo, o próprio sistema público estadual confirma ter sido "SEM VÍNCULO", portanto, como poderia esta profissional ao seu querer entender como estivesse vinculado ao ESTADO para qualquer fim.

Resta-se que ***neste caso, em que, apenas buscou contribuir para a melhoria de vida da comunidade, apresentando-se para compor um projeto de saúde, recebendo uma reduzida gratificação de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), nuns poucos meses, muito ao contrário da mentirosa afirmação da notícia que dizia ter a mesma recebido uma exorbitância retribuição, que nem de longe foi o caso.***

Contudo, além do mais, se verificam como provam os documentos ***a referida contratada prestou os serviços a qual se dispôs,***



não causando nenhum tipo de prejuízo, muito ao contrário, prestado a preços irrisórios, tanto é assim, que foram os atuais gestores, ferozes verdugos deste requerente, que atestaram que os serviços da contratada foram prestados, tanto é assim, que o ofício 162/2011 expedido no dia 20/04/2011, pela atual gestora daquela unidade de saúde, (COCA), confirma a prestação de serviços da mesma.

Veja-se mesmo, que, tratou-se de uma prestação de serviços de natureza bastante transitória, de alguns meses, em que, fora retributiva o desgaste de tempo desta profissional da saúde, por meio de uma módica gratificação, muito aquém do salário mínimo, OU SEJA, SEQUER SE PODERIA PENSAR COMO REMUNERAÇÃO UM MÓDICO VALOR BEM ABAIXO DO SALÁRIO MÍNIMO para uma profissional especializada da Odontologia, ou seja, esta mera compensação financeira, não se poderia pensar nem de longe como salário.

Cabe assim, ressaltar que não teve em sua seleção, ou recrutamento para compor este grupo de trabalho, qualquer participação de seu genitor, até porque, convenhamos que, **um trabalho que fora desenvolvido no âmbito do Centro de Odontologia do COCA em Cruz das Armas, dificilmente, teria o Secretário de Estado da Saúde, conhecimento de suas peculiaridades, em especial, quanto a contratação dos profissionais a lhe compor, pois, como é notório, a legislação administrativa paraibana, claramente, traz como os únicos responsáveis pela movimentação do pessoal, os gestores da Secretaria de Estado da Administração.**

DE FATO E FATO MESMO, É QUE, O ESTADO DA PARAÍBA É COMPOSTO DE UM FEIXE DE ORGÃO PÚBLICOS, MUITOS DELES, TAL COMO, O CENTRO DE ODONTOLOGIA (COCA), possuindo AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, COM ORDENADORES DE DESPESAS, GESTORES COM AUTOMIA DE CONTRATAREM DIRETAMENTE.





Noutro norte, além de ter sido convidada por outros profissionais para participar de um programa de toda importância para a saúde pública de nosso Estado, na área de sua atuação profissional o desenvolvimento da saúde bucal da população em geral, sua ligação se deu de forma direta para com um dos órgãos descentralizados do Estado, o Centro Odontológico situado no Bairro de Cruz das Armas, isto remunerado por uma mera gratificação de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), isto mesmo, a importância muito inferior ao salário mínimo, quantia sequer de um procedimento único em clínica odontológica, porém, trabalho que foi categoricamente prestado e auferido pelo Ente contratante, como assim é atestado pelos documentos em anexo.

Outrossim, *esta requerente em momento algum ocupou um cargo de confiança, cargo efetivo, emprego ou mesmo função dentro do Estado da Paraíba*, o que poderia ser falado de vedação para pessoas com parentesco de seus titulares, em especial, e de mais relevância, não teceu e assinou esta promovida qualquer termo ou declaração, contrato escrito que lhe vedasse prestar assessoria num projeto técnico.

Neste ponto, a Lei é silente não tendo em seu corpo expresso qualquer vedação, a uma profissional assumir um encargo público, que não seja emprego ou cargo público, estes inexistentes neste caso concreto.

DAS ACUMULAÇÕES INDEVIDAMENTE SUSCITADAS

No que pese todo o esforço do acusador, a questão não deixa margens a muitas celeumas, pois, efetivamente, não houve acumulação porque não houve mesmo.





Diz erroneamente, o acusador que teria no curso da investigação verificado que a promovida teria acumulado indevidamente os cargos públicos por 16 dias, isto mesmo, 16 dias, ou seja, sem qualquer análise do princípio constitucional da proporcionalidade, ao ver deste representante Ministerial, já seria suficiente para propor uma Ação de Improbidade Administrativa, mobilizando-se toda uma estrutura estatal, para investigar se este profissional da Saúde tinha acumulado indevidamente cargos públicos por 16 dias. Convenhamos, isto é ferir o bom senso, não se coaduna de forma alguma com os princípios constitucionais vigentes.

Porém, vamos lá, primeiramente, a demandada é uma profissional da Saúde e todas as prestações de serviços citadas foram no Serviço de Saúde, portanto, como é dito pelas nossas Normas Constitucionais, existe sim, indiferente da natureza contratual com a Administração a possibilidade de acumular-se 02 serviços de Saúde.

Assim, somente por aí, já se veria que em mês algum, a promovida desempenhou mais que 02 ocupações de Saúde, contudo, ao ver do acusador, deu-se a motivação para a propositura desta ação a sua dúvida de no período de 01/02/2010 até 17/02/2010, (16 dias) ter-se havido uma tripla ocupação, fato que, efetivamente não ocorreu.

Primeiramente, registre-se de cara, que em momento algum, junto ao Estado da Paraíba a promovida ocupou cargo comissionado, efetivo ou emprego público, sua prestação de serviços como dito nos documentos oficiais fora "SEM VÍNCULO", portanto, somente por esta vertente já estaria fatalmente afastada a mácula que tenta imputar o órgão acusatório.





Ora, basta-se ver a peculiaridade do serviço prestado pela promovida junto, ao referido Programa específico de Fluoretação junto ao COCA (CENTRO ODONTOLÓGICO ESTADUAL), que, pelas suas próprias características provisórias, com a compensação de um módico valor gratificatório R\$ 465,00, bem abaixo do mínimo, já se denota a inexistência de vínculo a caracterizar um excesso, quanto mais uma má-fé nisto.

Outrossim, no que pese as frágeis alegações de uma suposta infringência as normas internas corporis do Exército Brasileiro, além de apontar com isto, a incompetência Absoluta desta Justiça Estadual de enfrentar a presente questão, além disto, tal fato já foi enfrentado pela JUSTIÇA MILITAR FEDERAL da 7ª REGIÃO, que por unanimidade absolveu a demandada por tal questão, até porque, nada mais fez aquele órgão judiciário senão a aplicar corretamente a justiça.

De certo é que, enfrentado este assunto, volta-se de novo, no juízo inadequado a tecer que, nem de longe houvesse as infrações apontadas, pois, sempre exerceu esta promovida suas funções de Tenente do Exército Brasileiro com muito zelo, honradez e dedicação.

De fato e fato mesmo é que as ocupações da promovida no referido período se resumiram ao seguinte:

- **VÍNCULO CONTRATUAL COM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA JUNTO AO POSTO DE SAÚDE PSF- UNIDADE PAULO AFONSO COMO DENTISTA - 01/12/2006 até 29/01/2010**
- **VÍNCULO COMO TENENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO - DENTISTA DO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO - 01/02/2010 até 01/02/2014**
- **PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA FLUORESTAÇÃO DO COCA - CENTRO ODONTOLÓGICO DE CRUZ DAS ARMAS - 01/04/2009 ATÉ 01/01/2011**





Portanto, esta é a realidade e nada mais que isto, todas as provas são neste sentido, portanto, a onde foi que houve acumulação indevida de cargos públicos.

A nossa Constituição Federal é taxativa, em permitir que profissionais de saúde, tal como, os odontólogos possam ter até 02 vínculos com a Administração Pública, e como se vê, não houve nada mais que isto.

A única dúvida surgida, se tivesse sido melhor enfrentada pelo *parquet* estadual na seara do inquérito administrativo, teria sido, os equívocos das informações do Município de João Pessoa, que convenhamos a época, eram prá lá de desorganizadas e contraditórias, veja-se que, em 03 ofícios diferentes disse a autoridade requisitante 03 datas diferentes para o final do labor da peticionária.

Isto mesmo, a única fonte servida pelo órgão acusador para formar seu entendimento de interpor esta demanda, era de que, teria havido 16 dias de acumulação, isto mesmo, inferior a um mês, pelas informações contraditórias deste órgão municipal.

Assim, em seus 03 ofícios, no primeiro informou que a data de saída da obreira foi 31/12/2009, no segundo ofício disse que o fim do labor deu-se no dia 17/02/2010, no terceiro ofício dava como data dia 22/02/2010, como é que se pode acreditar piamente, nesta série de equívocos deste bagunçado órgão municipal.

De fato e fato mesmo, é que, em função desta balburdia deste órgão municipal foi forçada a promovida a defender-se perante a justiça militar federal por meio do processo judicial nº 000071-76.2012.7.07.0007, o que, após toda a apuração ficou-se comprovado que, a demandada apenas prestou serviços para até o dia 28/01/2010 (sexta) assumindo no Exército no dia 01/02/2010 (segunda), até porque, isto era lógico, não tem-se como uma pessoa está em 02 lugares ao mesmo tempo.



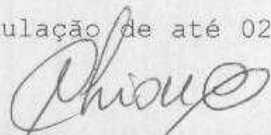
Veja-se das folhas de ponto da promovida junto a Edilidade, e mais, pelos próprios depoimentos dos servidores municipais daquele posto de Saúde, são provas cabais do afastamento da servidora no dia 28/01/2010.

Contudo, ainda, registre-se a própria assertiva da peticionária perante a Justiça Militar informando que apesar de ter deixado de trabalhar naquela Municipalidade no dia 28/01/2010, aquele setor de recursos humanos municipais, tão desorganizado como era, não tinha tirado seu nome dos registros municipais no dia 17/02/2010, lhe fazendo naquela data assinar um requerimento para ser excluída, o que, teria levado a tal impasse.

Porém, de certo e certo mesmo, é que, comprovou-se que seu labor ao município ocorreu até 28/01/2010, como provam-se o mais importante documento suas folhas de ponto, bem como, testemunhas ouvidas na seara administrativa e juramentadas perante autoridade judiciária.

Portanto, é totalmente inverídico que houve qualquer prestação de serviços desta requerente, a prefeitura de João Pessoa após Janeiro/2010, pois, bastaria ver que, inexistente registro de ponto neste sentido, bem como, o questionamento quanto a exigências do Exército Brasileiro é uma ponderação que encontra-se sob averiguação junto ao Ministério Público Federal.

Outrossim, o serviço gratificado pelo Estado da Paraíba, não se configurou em ocupação de cargo ou emprego público, contudo, a promovida é uma profissional da área da Saúde, Odontologa, e seus labores foram relacionados com tal atividade, portanto, sendo claro a Constituição Federal, em sua previsão legal da possibilidade de acumulação de até 02 cargos na área da saúde.



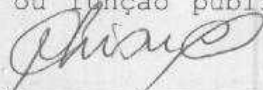
Portanto, mesmo que fosse entendido como ocupação de cargo, a sua participação naquele referido programa estadual, o que, convenhamos seria ilógico, o certo é que jamais houve a assunção de mais de 02 serviços públicos, pois, a prestação de serviços municipais findou-se em Janeiro/2010, enquanto ao labor para o Exército Brasileiro iniciou-se em fevereiro/2010, como permitido por nossa Constituição Federal.

Concretamente, não houve nenhuma prestação de serviços simultâneos entre o Ente da Prefeitura ao mesmo tempo para com o Exército Brasileiro, já que, efetivamente, a peticionária nunca prestou serviços a prefeitura municipal depois de Janeiro/2010, e, somente assumiu o encargo com o Exército em 01/02/2010, portanto, inexistente a acumulação alguma.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, verificando-se que todos os serviços pagos a requerente foram prestados, como se vê dos documentos oficiais, bem como, não houve qualquer acumulação ou ocupação de cargo ou emprego indevidamente, já que, trata-se de profissional da área de saúde, outrossim, as notícias maliciosamente divulgadas pelo referido jornalista, imbuídas unicamente para agradar alguém, foram feitas de forma desraigadas de verdade, por pura picuinha política revanchista,

Outrossim, como atesta os cadastros estaduais a participação desta profissional da saúde no programa estadual desenvolvido por aquele órgão autônomo, fora "SEM VÍNCULO" algum, inclusive, como mera compensação pecuniária inferior ao salário mínimo, muito pior sem qualquer participação no recrutamento do Núcleo da Secretária de Estado da Saúde, portanto, não estaria esta requerente ocupando um cargo, emprego ou função pública, a





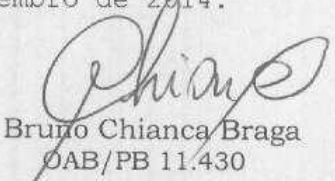
ensajar em seu conhecimento aos impedimentos da Lei Estadual, muito pior, como é que, teria havido um favorecimento pessoal de alguma autoridade próxima, para ser beneficiada com uma gratificação tão insignificante para um labor de uma profissional de saúde, muito aquém até mesmo do mínimo legal, que má-fé é esta.

Ademais, claramente, inexistiu qualquer acúmulo ilegal de cargos pela referida profissional de saúde contratada, como mencionado, por tratar-se de profissional da área de saúde, podendo acumular até 02 cargos, outrossim, esta cumpriu piamente os serviços pelos quais recebeu da Administração Pública, como comprovam os documentos das fls. 41 e seguintes, não causando qualquer prejuízo ao erário, muito ao contrário, a modesta gratificação recebida pela respeitada profissional, muito inferior ao salário mínimo (R\$ 465,00), foi de toda proveitosa para o Ente contratante, por ser um valor realmente bastante insignificante a sua colaboração no projeto que participou.

Por todo o apontado, robustamente, comprovados pela documentação anexa aos autos, verificando-se a patente ilegitimidade do autor, bem como, a incompetência absoluta desta Justiça Estadual analisar-se a matéria em questão, neste norte, requer-se a Vossa Excelência com fundamento da legislação vigente, que seja de pronto, sem maiores desgastes da máquina estatal judiciária, rejeitada de logo, a ação por ato de improbidade administrativa, em especial, em relação a esta profissional da saúde, por ser questão de inteira justiça, é o que, espera.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.
João Pessoa, 08 de setembro de 2014.

Daniel Gomes de Souza Ramos
OAB/PB 16.030


Bruno Chianca Braga
OAB/PB 11.430



**OFÍCIOS MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADUAL DELEGANDO A
INVESTIGAÇÃO DO ASSUNTO POR NÃO
SER DE SUA ATRIBUIÇÃO AO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**OFÍCIO E DOCUMENTOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ASSUMINDO A INVESTIGAÇÃO DESTE
ASSUNTO**



18/11



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba
Núcleo de Acompanhamento em Matéria Cível – NAMC

Ofício nº 84/2011/MPF/PR/PB-NAMC

A Sua Excelência o Senhor
Doutor RANIERE DA SILVA DANTAS
Promotor de Justiça
Rodrigues Chaves, 65, 1º Andar, Centro
CEP 58.011-040 – João Pessoa/PB

João Pessoa, 17 de maio de 2011

Referência: Ofício nº 350/2011/PPP/PGJ

*R.H.
Juntar ao PA
de 018/2011.
pelo livro nº 3/28/11
p. 100
João Pessoa*

Senhor Promotor de Justiça,

De ordem do Procurador-Chefe, comunico que o Procedimento Administrativo nº 018/2011, encaminhado por Vossa Excelência a esta Procuradoria para apurar suposta prática de nepotismo na contratação da odontóloga, Sra. Ilani Simões França, pelo Secretário de Saúde do Estado da Paraíba, deu ensejo à Peça de Informação nº 1.24.000.000641/2011-38, distribuída a Excelentíssima Procuradora da República Dr. Yordan Moreira Delgado.

Respeitosamente,


Luciane Gomes
Coordenadora Jurídica





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA



166
6

CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

PEÇA PROTOCOLADA PR-PB-00005407/2011

RESUMO: trata-se do Ofício nº 350/2011 da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, encaminhando cópia do Procedimento Administrativo nº 018/2011, para apurar suposta prática de nepotismo na contratação da odontóloga, Sra. Ilani Simões França, pelo Secretário de Saúde do Estado da Paraíba, Sr. José Maria de França.

REPRESENTANTE: Luís Torres

REPRESENTADO: José Maria de França

CÂMARA: 5ª CCR

TEMA/SUBTEMA: Improbidade Administrativa

PESQUISA DE CORRELATOS


Expressões utilizadas: 1. Nepotismo 2. Ilani Simões França 3. Secretaria de Saúde

Pesquisa: não foram localizados procedimentos extrajudiciais/processos judiciais que tenham correlação com o documento epigrafado.

Observações:

Certifico e dou fé.

João Pessoa, 26 de abril de 2011


Jodza Moura Medeiros
Chefe do NAMC

DESPACHO

R. A. D.
JPIPB, 27/04/11


ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA

N





167
Sua
Município

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
Av. Rodrigues Chaves, 65, 1º Andar, centro - CEP nº 58011-040 (defronte ao prédio do SESI)
Fone: (0xx83) 2107-6100 / FAX (0xx83) 2107-6120

Ofício n.º 350/10/CPP/PGJ.
Proc. Adm. Nº 018/2011/CPP

João Pessoa, 11 de abril de 2011.


A Sua Excelência o Senhor
VICTOR CARVALHO VEGGI
Procurador Chefe
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Av. Getúlio Vargas, 277 - Centro.
CEP 58013-000
João Pessoa/PB

Assunto: Encaminha documentação.

Senhor Procurador-Chefe,

ENCAMINHO a Vossa Excelência, em anexo, cópias do procedimento administrativo supra identificado, para conhecimento, tendo em vista que há referência à atuação da odontóloga **ILANI SIMÕES FRANÇA** no Exército Brasileiro.

Subscrevo-me cordial e respeitosamente.


RANIERE DA SILVA DANTAS
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA
Recebido em 16/04/11 de hoje
J. Pessoa-PB, 11/04/11
Everaldo Pinheiro Freire





Ministério Público da Paraíba
Promotoria de Justiça Especializada de João Pessoa
Curadoria do Patrimônio Público



Autos nº 018/2011

Cis.

O presente procedimento foi aberto com base no e-mail onde consta uma notícia do jornalista Luis Torres, no sentido de que o ex-Secretário de Segurança Pública contratou, como odontóloga, a sua própria filha – Ilani Simões França.


Na consulta ao CENESNet, consta a atuação da referida dentista na Unidade de Saúde da Família Paulo Afonso.

Em consulta pela Internet, há referência que a Sra. Ilani Simões França seria Oficial Dentista Temporária do Exército, sendo que no item 10.6 do Aviso de Convocação para médico, farmacêutico, dentista e veterinário expedido pelo Comando da 7ª Região Militar – 7ª Divisão de Exército consta o seguinte: *"O Serviço Militar voluntário não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, mesmo serviço de natureza temporária, e não terá assegurado o retorno ao emprego anterior quando do licenciamento, tendo em vista a voluntariedade da prestação deste serviço"*.

Desta forma, devem ser averiguadas as compatibilidades dos cargos, inclusive no respeitante aos horários e a sua cumulatividade, assim como a possível afronta à Lei Estadual nº 8.124/2006.

Assim, segue portaria de instauração do Inquérito Civil.

João Pessoa, 23 de março de 2011


Raimundo da Silva Dantas
Promotor de Justiça
auxiliando





CHIANCA BRAGA
ADVOCACIA

BRUNO CHIANCA BRAGA
DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS

169
L

PROCESSAMENTO DA MATÉRIA

● **PELA JUSTIÇA FEDERAL
ESPECIALIZADA**

● **PROCESSO N. 000071-
76.2012.7.07.0007**

Avenida Barão de Mamanguape nº 1.123, Bairro da Torre, Cidade de João Pessoa – CEP: 58.040-330
Fone: (83)3042-5556/ (83)3512-5553/ (83)3512-5554/ (83)9302-1141 Endereço eletrônico: bruno.chianca@bol.com.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
AUDITORIA DA 7ª CJM
AVENIDA ALFREDO LISBOA 173 BAIRRO DO RECIFE
RECIFE/PE – CEP: 50030-150
TEL (81) 3224-3999/6790 – FAX (81) 3224-0580

MANDADO DE INTIMAÇÃO
Nº 18/14

Processo nº 0000071-76.2012.7.07.0007

Dr. André Lázaro Ferreira Augusto, Juiz-Auditor Substituto da 7ª CJM, no exercício da titularidade, usando das atribuições de seu cargo, etc..

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador desta Auditoria que, em cumprimento ao presente Mandado, **INTIME**, na forma da Lei, o **DR. BRUNO CHIANCA BRAGA** - OAB/RN Nº 11.430, com endereço profissional à Avenida Barão de Mamanguape nº 1.123, Bairro da Torre, João Pessoa/PB, CEP: 58040-330, telefones (83) 3042-5556, (83) 3512-5553, (83) 3512-5554, (83) 9302-1141, inteiro teor da sentença, anexa por cópia, proferida nos autos do processo em epígrafe, referente a sua defendida **2ª TEN ILANI SIMÕES DE FRANÇA**.

CUMPRA-SE. DADO E PASSADO nesta Cidade de Recife (PE), aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze (06/02/2014). Eu, R. L., Enir Sales Moraes Lima, Analista Judiciário, o digitei e eu R. L., Rita Simone Lopes Lucas, Diretora de Secretaria, o subscrevi.


ANDRÉ LAZARO FERREIRA AUGUSTO
JUIZ-AUDITOR SUBSTITUTO
NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Recebi a Contrafé.

CIENTE: Em

Nome:

Telefone:



171
L



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
AUDITORIA DA 7ª CJM**

PROCESSO FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007

ACUSADA: 2º TENENTE ILANI SIMÕES DE FRANÇA

SENTENÇA

O Ministério Público Militar ofereceu denúncia contra a 2º Tenente Temp. Ex. Ilani Simões de França, brasileira, casada, natural de Brasília/DF, nascida em 19/10/1975, filha de Ionise Barbosa Simões de França e de José Maria de França, nível superior completo (Odontologia), ID nº 070189205-1, MD/Ex, expedida em 14/04/2010, C.P.F nº 007.400.294-52, residente na rua Padre Aires, nº 588, aptº 1901, Miramar, João Pessoa/PB, CEP nº 58.043-260, servindo no Hospital de Guarnição de João Pessoa/PB, telefone nº (83) 3243-3180/9993-2727, como incurso no art. 312 do Código Penal Militar, de acordo com a seguinte narrativa (fls. 01/1 a 1/5):

O presente Inquérito Policial Militar foi instaurado a partir de notícia oriunda da Procuradoria da República na Paraíba de que ILANI SIMÕES DE FRANÇA, cirurgiã dentista, estaria acumulado a cargo de oficial dentista temporário do Exército Brasileiro com a função de odontóloga na Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.

Os autos noticiam que no dia 03/02/2010, no Comando da 7ª Região Militar - Região Matias de Albuquerque, a denunciada declarou, na Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de Serviço Militar Temporário (fl. 22), possuir 0 anos, 0 meses e 0 dias de serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

A denunciada sabendo da impossibilidade de acumulação do Serviço Militar Temporário com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, apresentou a declaração assinada pelo Diretor da Gestão do Trabalho na Saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Sr. Judas Tadeu de Carvalho, datada de 18/10/2011, em que informa o período de exercício laboral da odontóloga naquela Secretaria Municipal, matrícula nº 80.019-1, no Distrito Sanitário I (Paulo Afonso), de 10 de dezembro de 2006 a 31 de Dezembro de 2009. Tal declaração foi apresentada com o intuito de obter sua incorporação como Aspirante a Oficial temporário com participação no Estágio de Adaptação e Serviço a partir de 10 de fevereiro de 2010 (fl. 21).

Em informações prestadas ao Senhor Encarregado do Inquérito (ofício nº 0861/GS, de 20/03/2012) o Secretário de Estado da Saúde da Paraíba, o Sr. Waldson Dias de Souza

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 1



172
L

informou que a 2ª Ten ILANI SIMÕES DE FRANÇA FERNANDES também foi admitida para prestar serviços naquela Secretaria estadual em 01/04/2009 e teve o seu contrato encerrado em 01.01.2011.

No que diz respeito à prestação de serviço na Secretaria Municipal de Saúde a tenente ILANI SIMÕES De FRANÇA afirmou, em depoimento prestado às fls. 38/39, que trabalhou efetivamente até o dia 28/01/2010, tendo sido este seu último emprego antes de iniciar o Estágio de Adaptação e Serviço no Exército. Nada disse sobre os serviços prestados junto à Secretaria de Saúde do Estado. Trouxe aos autos cópias das folhas de comparecimento naquele emprego nos meses de janeiro e fevereiro de 2010 (fls. 40/41).

Pelo depoimento da Sra. TARSILA NERY Lima Batista (fls. 46/47), Enfermeira-chefe do Posto de Saúde do Distrito Municipal I da Secretaria Municipal de João Pessoa, Ilani teria trabalhado até meados de janeiro do ano de 2010.

Perante o Ministério Público Federal Ilani havia declarado (termo de declaração juntado às fls. 51/52) que deixara de exercer o cargo na Secretaria Municipal de Saúde em dezembro de 2009 e ingressara no Exército em janeiro de 2010.

Numa segunda declaração, a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa informou que a indiciada prestou serviços até a data em que requereu o seu desligamento 17/02/2010 (fl. 53), sendo apenas efetivamente desligada em 22/02/2010 (fl. 58).

No depoimento de fls. 79/81, Sr. Judas Tadeu de Carvalho informou que o motivo pelo qual forneceu a declaração constando o período de 01 de dezembro de 2006 a 31 de dezembro de 2009 e que não deu a declaração referente ao ano de 2010, conforme período que ela trabalhou até 22 de fevereiro, porque possivelmente a interessada solicitou em reconhecer um período de trabalho, uma vez que, como prestadora de serviço o contrato de trabalho se encerra a cada final de exercício assim com apresentado na declaração fornecida em outubro de 2011, enquanto que a declaração datada de 30 de março de 2012 correspondente a todo o período de trabalho junto a Secretaria.

Percebe-se que, pela conduta descrita, a denunciada inseriu declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, alterando assim fato juridicamente relevante, uma vez que à época dos fatos, declarou que não ter exercido nenhum Serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, quando na verdade já exercia e estava exercendo, como comprova todas as declarações emanadas pelo poder público.

Assim agindo, a denunciada praticou o delito tipificado no art. 312 do Código Penal Militar (falsum ideológico), por se encontrar suficientemente demonstrado nos autos os elementos caracterizadores do tipo enunciado, uma vez que, apesar de não caracterizada a alteração física, o que não é necessário para a configuração da falsidade ideológica (que, a propósito, é delito formal e de perigo abstrato, que até prescindiria de prova de prejuízo efetivo à Administração Pública ou ao Oficial Superior), existem provas de que foi apresentado, como todas as declarações emanadas pela Secretária de Saúde Municipal e Estadual, com declarações diversas da que deveria constar no documento de fl. 22, o que, por si só, é suficiente para a consubstanciação do tipo penal na sua materialidade.

Constam nos autos:

- Declaração prestada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa informando que a acusada

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 2



- exerceu a função de odontóloga contratada por aquela municipalidade no período de 01/12/2006 a 31/12/2009, fl. 04;
- Portaria de instauração do IPM, fl. 08;
 - Folhas de alterações da acusada, fls. 21 e 226/240;
 - Declaração de voluntariado e compromisso para prestação de serviço militar temporário firmada pela acusada, fl. 22;
 - Of. 0861 da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba informando que o contrato da ré foi encerrado em 01.01.2011, fl. 23.
 - Extrato de dados da ré junto à SES da Paraíba informam que ela era contratada temporária, fls. 24/26;
 - Folha de comparecimento referente à acusada na Unidade Paulo Afonso, nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, fls. 40/41;
 - Requerimento, datado de 17/02/2010, dirigido à Secretária Municipal de Saúde de João Pessoa em que a acusada solicitou seu desligamento da Unidade de Saúde Paulo Afonso a partir de 22/02/2010, fl. 53;
 - Declaração da Prefeitura Municipal de João Pessoa de que a acusada prestou serviços na função de odontóloga àquela municipalidade, com remuneração equivalente à função, até 17/02/2010, fl. 58;
 - Relatório e Solução do IPM, fls. 61/64 e 67;
 - Oferecimento da denúncia, fl. 86;
 - Ofício do Comando da 7ª RM/7ªDE informando que a declaração firmada pela acusada não gerou prejuízo concreto ao processo de seleção EAS 2010, fl. 96;
 - Ofício que responde aos questionamentos formulados no ofício de fl. 89;
 - Decisão em que se rejeitou a denúncia oferecida, fls. 105/109;
 - Interposição de recurso em sentido estrito, fls. 113/114;
 - Decisão de recebimento do recurso, fl. 115;
 - Razões recursais apresentadas pelas partes, fls. 118/123 e 127/137;
 - A acusada constituiu advogado para atuar em sua defesa, fl. 138;
 - Decisão de manutenção do recurso e remessa dos autos ao STM, fl. 139;
 - Parecer Ministerial pelo desprovimento do recurso, fls. 146/159;
 - Decisão do STM que deu provimento ao recurso interposto para receber a denúncia oferecida, na sessão de 30/10/2012, fls. 163/177. O acórdão foi publicado no DJE em 14/03/2013, fl. 178, e transitou em julgado em 29/04/2013, fl. 194;
 - O feito foi redistribuído, fl. 194;
 - Certidões de antecedentes criminais em que nada consta em desfavor da acusada perante as Justiças: Federal, fl. 202, Eleitoral, fl. 203, Militar da União, fl. 492, e Estadual da Paraíba, fl. 502;
 - Citação, fl. 253;
 - Termo de qualificação e interrogatório, fls. 267/269;

que confirma os depoimentos prestados, às fls 38/39 e 51/52; que nunca foi processada criminalmente; que não conhece todas as provas produzidas; que conhece as testemunhas arroladas e nada tem a alegar contra elas; que a denúncia é verdadeira; que a interroganda informa que preencheu e assinou a declaração de fl 22; que pelo que se lembra, trabalhou na Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa/PB, iniciando seu vínculo em 2006; que o vínculo se encerrou em janeiro de 2010; que trabalhava como odontóloga do PSF (Programa de Saúde da Família); que a seleção para o EAS consistiu em uma análise de currículo; que no currículo que apresentou a Administração Militar não mencionou que havia trabalhado para a Secretária de Saúde do Município de João Pessoa; que preencheu a declaração de fl 22 informando ter zero anos, zero meses, zero dias de serviço público Federal, Estadual, Distrital e Municipal,

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 3



174
6

apesar de já ter trabalhado para a Municipalidade de João Pessoa, porque entendia que como não era emprego com carteira assinada, nem era concursada, sendo algo que não era fixo, achou que não precisava ser declarado; que quando assinou o documento de fl 22 tinha ciência de que não poderia acumular o serviço militar temporário como outros cargos, simultaneamente, da Administração Pública; que após ler os documentos de fls 58/59, que indicam que trabalhou até 17 de fevereiro de 2010, data em que solicitou desligamento, declarou que só trabalhou até 28 de janeiro de 2010; que o seu contrato se encerraria em dezembro de 2009, mas permaneceu trabalhando para o Município de João Pessoa até 28 de janeiro de 2010 porque não havia outra pessoa para colocar em seu lugar; que a partir de 01 de fevereiro de 2010, começou a trabalhar para o Exército Brasileiro; que não se recorda, mas trabalhou para a Secretaria de Estado da Paraíba, depois de já ter ingressado no Exército Brasileiro; que da mesma forma que procedeu com relação ao trabalho perante o Município de João Pessoa, não o declarou para o Exército Brasileiro porque acreditava que não era necessário por se tratar de um trabalho sem carteira assinada, sem ingresso por concurso público e que poderia ser posta para fora a qualquer momento; que não agiu com má intenção; que se arrepende de ter declarado dados falsos no documento de fl 22; que não perguntou a nenhum militar como preencher o item 5 de fl 22; que perguntou apenas aos demais candidatos do EAS como preencher aquele item 5 de fls 22; que os candidatos disseram que se não fosse emprego concursado ou fixo não precisaria ser declarado; que nunca ocupou emprego público; que nunca ocupou cargo em comissão na Administração Pública; que nunca foi servidora pública efetiva na Administração Pública; que entende por vínculo com a Administração Pública o emprego em que haja carteira assinada ou seja iniciado por concurso público; que não entendeu com clareza a declaração que fez na época; que entendia que não tinha vínculo com a Administração Pública na época em que assinou o documento de fl 22; que com relação ao trabalho que prestou para a Secretaria de Estado da Paraíba, tem a dizer que consistiu em participar de reuniões esporádicas no Projeto de Fluoretação das Águas; que não achava que poderia ter benefício ou prejuízo na seleção para o EAS caso preenchesse o item 5 de fl 22 da forma como o fez; que o seu contrato por escrito e formal com a Administração Municipal se encerrou em dezembro de 2009; que o contrato era anual; que tal contrato n.º ótica da interroganda de nada valia porque acreditava que poderia ser posta para fora após o primeiro mês de prestação de serviço se encerrar; que na verdade, solicitou desligamento do trabalho que exercia na Secretaria do Município de João Pessoa em dezembro de 2009; que não sabe o motivo pelo qual o documento de fl 59 informa que solicitou desligamento em 17 de fevereiro de 2010; que quando assinou o documento de fl 22 não tinha ciência de que o item 5 representava uma declaração falsa.

- Inquirição da testemunha Tarsila Nery Lima Batista, fls. 270/271:

confirma o depoimento prestado às fls 46/47; que trabalhou na mesma época em que a acusada trabalhou para a Municipalidade de João Pessoa; que ambas trabalhavam na Unidade de Paulo Afonso; que atuava como Enfermeira de Saúde da Família; que a acusada trabalhou na referida Unidade até o final de janeiro de 2010; que a acusada trabalhou naquela Unidade por cerca de dois anos; que o período de jornada de trabalho era de 8 horas diárias e 40 horas semanais; que a acusada trabalhava no período de manhã até a tarde, que é o período de funcionamento da Unidade; que a depoente é concursada do Município de João Pessoa; que mesmo na época em que a acusada trabalhava na Unidade de Paulo Afonso, a depoente já era concursada; que a acusada era prestadora de serviço; que sabe que os contratos de prestação de serviço são celebrados de forma anual com a Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa; que já ouviu comentários de que alguns prestadores de serviço tiveram rescisão de seu contrato de trabalho de forma antecipada. Dada a palavra ao MPM, nada foi perguntado. Dada a palavra à Defesa, às suas perguntas, respondeu: que o horário de

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 4

175
L
trabalho da acusada na Unidade de Paulo Afonso era das 7h30 às 11h30 e das 13h às 16h; que ela trabalhava de segunda-feira a sexta-feira; que não sabe se a acusada possuía outros compromissos profissionais no referido horário; que todos os prestadores de serviço assinavam ponto, inclusive a acusada; que não se lembra de alguém ter prestado serviço sem assinar ponto; que as folhas de ponto são encaminhadas mensalmente para o Distrito Sanitário I.

- Inquirição da testemunha Judas Tadeu de Carvalho, fls. 272/276:

que confirma o depoimento prestado no IPM às fls 79/80; que estranha haver duas declarações a respeito do período laboral da acusada informando datas diferentes; que a área de registro é a responsável pela elaboração dessas declarações e se baseia em dados constantes da ficha de frequência e da folha de pagamento; que o depoente trabalhava para um efetivo de cinco mil pessoas e não tinha condições de saber se todas as declarações que assinava refletiam a realidade; que pode ter ocorrido má fé por parte de quem confeccionou a declaração; que a acusada trabalhou em PSF; que pode ocorrer que ela tivesse dias acumulados quando foi desligada e, após sua saída, tais dias de trabalho a ela foram creditados; que o vínculo que a acusada possuía com o Município de João Pessoa era na qualidade de prestadora de serviço; que ela não possuía carteira assinada; que havia um contrato de trabalho de vigência anual entre a acusada e o Município de João Pessoa; que da mesma forma como se procedia com os demais prestadores de serviço, os contratos eram regularmente renovados, salvo a prática de conduta desabonadora; que também poderia acontecer casos de rescisão antecipada do contrato, de iniciativa de ambas as partes; que o depoente assinou a declaração de fl 84 e através de sua leitura se verifica que o vínculo da acusada com o Município de João Pessoa ocorreu entre primeiro de dezembro de 2006 e 22 de fevereiro de 2010; que após visualizar as folhas de comparecimento de fls 40/41 o depoente disse estranhar a existência da folha de comparecimento referente ao mês de fevereiro de 2010, pelo fato de ela estar em branco; que se o vínculo dela já havia se encerrado a área não enviaria folha de comparecimento para ela; que não se lembra se o vínculo da acusada se encerrou por iniciativa dela ou do Município; que a folha de frequência, durante o mês, ficava no PSF e após o seu encerramento era encaminhada para o Distrito Sanitário e posteriormente para a Diretoria de Gestão de Trabalho; que a frequência chegava com um mapa produzido pelo Distrito; que havia um profissional responsável pela fiscalização da frequência no PSF; que não sabe dizer se no PSF de Paulo Afonso a responsável era a própria acusada; que o cabeçalho da folha de comparecimento (fls 40/41) era preenchido pelo profissional responsável pelo PSF; que não havia auditoria da direção; que a fiscalização da frequência era realizada pelo Gestor do PSF e pelo Distrito Sanitário; que não sabe dizer se a acusada recebeu pagamento referente ao mês de pagamento de fevereiro de 2010; que o contrato de trabalho da acusada se encerrou em dezembro de 2009 e o fato de ela ter permanecido trabalhando em janeiro pode ser explicado de duas formas: ou ela estava aguardando a celebração de um novo contrato, ou houve um aditivo contratual que permitiu a extensão do tempo; que a admissão e a rescisão dos contratos de trabalho celebrados pelo Município são publicados no Diário Oficial do Município de João Pessoa. Dada a palavra ao MPM, às suas perguntas, respondeu: que as formas de vínculo com o Município, considerando a Secretaria de Saúde de João Pessoa, são o cargo comissionado, o prestador de serviço e o servidor efetivo; que deve haver alguma lei ou provimento municipal informando que o vínculo profissional que alguém pode ter com aquele ente será por cargo público ou emprego; que se trata de um problema que o Município de João Pessoa atravessa a contratação de prestadores de serviço, pessoas que não seria vinculadas mediante emprego ou cargo público; que o depoente informou ter uma certa dúvida em relação a conceituação de função pública; que informou que se a pessoa exerce um trabalho perante o Município e recebe, teria vínculo com ele, pois

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 5



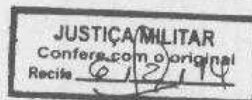
176
L

estaria na situação de servidor efetivo, prestadora de serviço ou de comissionado; que de acordo com os documentos existentes nos autos, a acusada possuía vínculo com o Município de João Pessoa; que não há prestação de serviço público municipal não remunerado. Dada a palavra à Defesa, às suas perguntas, respondeu: que o que comprova a efetividade da frequência do servidor ao seu trabalho é assinatura da folha de frequência; que a ainda outros meios de comprovar a sua frequência como avaliações periódicas; que se o ponto não estiver assinado, comprovasse que o servidor não prestou o serviço, desde que em situações normais; que não conhecia a Unidade de Paulo Afonso; que através dos documentos apresentados, entende que acusada trabalhava na Unidade Paulo Afonso; que muitas vezes os contra cheques dos prestadores de serviço não eram enviados para a Unidade de trabalho; que os contratos normalmente eram renovados nos meses de janeiro e fevereiro; que os contratos eram renovados com data retroativa a primeiro de janeiro; que isso não caracteriza improbidade administrativa; que confirma serem suas as assinaturas nos documentos de fls 04 e 84; que em nenhum momento mandou averiguar as veridades das declarações de fls 04 e 84; que não sabe dizer se além da folha de comparecimento e folha 41 se existe outros documentos que pudessem comprovar o comparecimento da acusada a PSF Paulo Afonso; que para assinar o documento de fl 84, tem como base o arquivo de registros e a pasta funcional; que tais informações eram apuradas pelas servidoras Ana Altina e Nadeusa; que as informações contidas em folha 84 são baseadas em documentos formais; que a Unidade em que a acusada trabalhava e o Distrito ao qual estava vinculada são os órgãos com maiores condições de aferir a assiduidade e qualidade de trabalho da ré; que não sabe se a primeira testemunha trabalhava na Unidade de Paulo Afonso; que não recebe questionamentos dos prestadores de serviço sobre a questão do vínculo com o Município; que houve casos de demora na retirada do sistema com relação aos profissionais que tiveram o seu vínculo encerrado com o Município; que no ofício de fls 84 consta expressamente que o vínculo da acusada com o município de João Pessoa se encerrou em 22 de fevereiro de 2010; que o processo de desligamento costuma ser automático, então, o término do trabalho é contemporâneo ao desligamento formal

- Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – datado de 16/03/2010, que informa os períodos de contribuição da acusada e que a última remuneração recebida do Governo do Estado da Paraíba ocorreu em 02/2010, fl. 288;
- Ofício que informa que o tempo de serviço anterior prestado pela acusada à Administração Pública não poderá ser somado ao tempo de serviço militar para o fim de aquisição de estabilidade, fls. 290/291;
- Contrato de prestação de serviços técnicos profissionais especializados firmado entre o Município de João Pessoa e a acusada, fls. 296/298;
- Termo de rescisão de contrato de prestação de serviços datado de 22/02/2010, fl. 299;
- Folhas de frequência mensal do Distrito Sanitário I (de janeiro a março de 2010), fls. 300/302);
- Ficha financeira anual da acusada perante o Governo Municipal de João Pessoa, fl. 303;
- A Defesa apresentou rol de testemunhas, fls. 310 e 319;
- Inquirição da testemunha Bruno Barbosa Almeida, fls. 327/328;

que trabalhou com a acusada na unidade de Paulo Afonso, no período de 2006 até janeiro 2010; que em dezembro de 2009, a acusada formulou pedido verbal no sentido de ser desligada da função que ocupava na Unidade Paulo Afonso; que não sabe se a acusada já havia formulado requerimento nesse sentido por escrito; que entretanto, a Unidade juntamente com o Distrito Sanitário I decidiram que ela deveria permanecer no quadro porque não havia outro profissional dentista para assumir as funções que ela desempenhava; que em fevereiro de 2010, a acusada não prestou nenhum serviço e nenhum labor a Unidade Paulo Afonso; que havia a obrigatoriedade de todos os funcionários da Unidade em assinar um livro de ponto; que os livros de ponto refletiam a

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 6

177
2

realidade com relação as presença dos profissionais naquela Unidade; que inclusive havia uma apoiadora do Distrito, que atuava como fiscal do correto preenchimento dos referidos livros; que os livros de registro de ponto eram encaminhados mensalmente ao distrito; que os livros de ponto provavam perante a Administração Municipal que o profissional teve determinada frequência; que houve casos de duas servidoras que se desligaram, mas ainda assim durante um bom tempo, o Distrito encaminhava folha de ponto para tais servidoras; que elas não assinavam até porque não estavam lá; que o depoente não atuava na fiscalização; que quem atuava dessa forma era a enfermeira Tarsila, que verificava os horários e se os profissionais haviam assinado o livro de ponto; que no mês de fevereiro de 2010 e pelo que se recorda em alguns meses posteriores, o nome da acusada continuou a figurar no livro de ponto que era encaminhado pelo Distrito, apesar de ela não mais estar atuando na Unidade Paulo Afonso; que o depoente informa que tal situação também aconteceu com ele, pois após a sua saída continuava a enviar a folha de ponto por dois meses; que o depoente telefonou para a acusada dando a ela ciência das folhas de ponto para que ela resolvesse a situação no Distrito; que a acusada já estava trabalhando no Exército Brasileiro; que a acusada comentou que estava deixando a Unidade Paulo Afonso, porque começaria a trabalhar no Exército Brasileiro. Dada a palavra ao MPM, nada foi perguntado.

- Inquirição da testemunha Maj Jailson Gomes da Silva, fl. 329:

Dada a palavra a Defesa, as suas perguntas respondeu: que o depoente atuou como encarregado do IPM que deu origem ao presente processo; que colheu todas as provas de que dispunha na ocasião para tentar elucidar a questão que era apresentada; que ratifica as conclusões que apresentou no relatório do IPM; que pelo que apurou, não haveria possibilidade de a acusada, durante o período de estágio, compatibilizar a função que exercia no Exército Brasileiro, por ser em período integral, com funções fora do Exército; que não se lembra se houve apuração quanto a prejuízo ao Exército Brasileiro ante ao preenchimento da ficha de fls. 22; que teve dificuldades em obter informações junto a Administração Municipal, sendo elas, muitas vezes, desconhecidas. Dada a palavra ao MPM, as suas perguntas respondeu: nada foi perguntado.

- Ofício que informa que a acusada foi a única candidata voluntária na especialidade de Periodontia, tendo vencido todas as etapas do Processo Seletivo e que se submeteu, consoante as exigências do respectivo ato de convocação para o certame, fls. 334/335;
- No prazo do art. 427 do Código de Processo Penal Militar, as partes apresentaram requerimentos, fls. 336 e 343/344;
- Modelo de declaração de tempo de serviço público anterior, fl. 446;
- Alegações escritas do MPM, fls. 462/470, em que pugna pela condenação da acusada nas penas do art. 312 do CPM;
- Alegações escritas da Defesa, fls. 473/491, em que pugna pela absolvição da acusada nos termos da legislação vigente;
- Ofício que informa quem foram os candidatos inscritos no processo seletivo MFDV no ano de 2009, fls. 506/507;
- Designou-se a Sessão de Julgamento para o dia 31/01/2014, às 09h.

Na data designada estiveram presentes o MPM, o Defensor constituído, a acusada e todos os membros do Colegiado.

Peças processuais foram lidas por requerimento das partes.

Em debates, o MPM, além de ratificar o contido em suas alegações

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 7



178
L

escritas, esclareceu que a acusada preencheu falsamente a declaração de tempo de serviço anterior prestado, pois a ausência de tempo poderia lhe beneficiar perante os demais candidatos que o possuísem. Ademais, destacou que a acusada realizou a falsidade com três finalidades: possibilitar a contagem de tempo recíproco para fins previdenciários, o que representaria um prejuízo ao Exército Brasileiro, pois a União Federal arcaria com seus proventos de inatividade; ampliar o tempo que poderia permanecer como oficial temporário; e ocultar indevida acumulação de cargos.

A Defesa, além de reiterar suas alegações escritas, aduziu que o cerne da questão não é a eventual existência de acumulação de cargos, mas a falsa declaração de ausência de tempo de serviço anteriormente prestado; que a acusada, por não ter prestado concurso público, acreditava que não possuía vínculo com o município de João Pessoa ou com o Estado da Paraíba e, por isso, nada deveria ser informado; que se a informação era tão relevante para a Administração Militar, por qual razão não foi apresentada em um documento separado e devidamente explicada?; que a Administração Militar informou que a declaração falsa não lhe ocasionou prejuízo; que a acusada foi incorporada em 01/02/2010 e a declaração foi prestada em 03/02/2010, logo, não poderia influenciar o certame; que devem prevalecer os entendimentos firmados pela Dra. Flávia Ximenes, quando rejeitou a denúncia, e pelo Ministro Artur Vidigal, em seu voto vencido, pois somente haveria o crime se a acusada tivesse informado falsamente o tempo de serviço prestado com o objetivo predeterminado de enganar a Administração Militar.

Em réplica, o MPM esclareceu que como o questionário indaga sobre tempo de serviço e não a respeito da existência de vínculo, a acusada deveria ter informado o período que trabalhou para a municipalidade de João Pessoa e para o Estado da Paraíba.

Em tréplica, a Defesa argumentou que o erro não se equipara à vontade de enganar. Destacou, ainda, que a pergunta, sem nenhum esclarecimento, foi feita a uma pessoa leiga.

O Órgão Julgador passou a deliberar em sessão pública.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTAÇÃO

A denúncia narra que a ré, em 03/02/2010, declarou no documento intitulado "Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de Serviço Militar Temporário" possuir 0 anos, 0 meses e 0 dias de Serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, quando, na verdade, possuía vínculo com a Secretária Municipal de Saúde de João Pessoa/PB, no interregno de 01.12.06 a 22.02.2010, e com a Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, encerrado em 01.01.2011. Por isso, a ela foi imputado o crime previsto no art. 312 do Código Penal Militar:

Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 8

179
2

Pena - reclusão, até cinco anos, se o documento é público; reclusão, até três anos, se o documento é particular.

Inicialmente, cumpre salientar que apenas os fatos típicos, ilícitos e culpáveis são considerados crimes. Assim, somente após o estudo da hipótese aventada nos autos poderá se concluir se houve ou não prática de um delito.

Na análise do fato típico serão verificadas a materialidade do delito, a autoria e a tipicidade.

No que tange à materialidade do delito, consta nos autos a declaração prestada pela acusada perante a Administração Militar de que possuía 0 anos, 0 meses e 0 dias de Serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, apesar de os demais documentos acostados comprovarem que exerceu atividade remunerada perante a municipalidade de João Pessoa e o Estado da Paraíba em período anterior à data da declaração. Logo, restou devidamente caracterizada a materialidade delitiva.

Durante o interrogatório, fls. 267/269, a acusada declarou:

que preencheu a declaração de fl 22 informando ter zero anos, zero meses, zero dias de serviço público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, apesar de já ter trabalhado para a Municipalidade de João Pessoa, porque entendia que como não era emprego com carteira assinada, nem era concursada, sendo algo que não era fixo, achou que não precisava ser declarado.

Portanto, confessou a autoria da conduta. Como a referida confissão respeita o previsto no art. 307 do Código de Processo Penal Militar, deve ser reputada válida. Assim, há a comprovação de que a acusada foi a autora da conduta que lhe foi imputada.

Tipicidade é a perfeita adequação da conduta a um dos tipos penais descritos no Código Penal Militar.

Foi devidamente provado que a acusada *inseriu declaração falsa* no documento intitulado "Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de Serviço Militar Temporário". Entretanto, deve ser analisado se a falsidade foi praticada *com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*, de modo a atentar *contra a administração ou o serviço militar*.

A denúncia e as alegações escritas Ministeriais, em nenhum momento, esclareceram qual foi o especial fim de agir da acusada quando inseriu a declaração falsa no documento. Da mesma forma, não informaram em que a declaração falsa atentou contra a Administração ou o Serviço Militar, deixando de noticiar eventual prejuízo causado.

Em Processo Penal vige o princípio da congruência, relatividade ou correlação em que a sentença criminal deve versar sobre os fatos articulados na exordial acusatória. Caso o Julgador se afaste desse parâmetro, proferirá sentença *ultra* (além do pedido) ou *extra petita* (diversa do pleiteado), que não são admitidas ante as máximas *ne procedat iudex ultra petitem et extra petitem e narra mihi factum dabo tibi jus*.

Ademais, eventual inovação realizada pelo *Parquet* Militar por ocasião

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 9



de suas alegações orais em plenário, de modo a corrigir falhas da denúncia, surpreende a Defesa, o que viola o princípio previsto no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal (ampla defesa), haja vista que não foi oportunizada a produção de provas para desconstruir a argumentação acusatória. E, como no presente caso concreto isso aconteceu quando, por ocasião da sustentação oral em plenário, foram aduzidos três motivos para que a acusada apresentasse declaração falsa perante a Administração Militar, em homenagem à ampla defesa, tais argumentos devem ser desconsiderados.

Ainda que não fosse o caso de desconsiderar os argumentos apresentados, observa-se que não se prestam a indicar o especial fim de agir de que teria se imbuído a acusada. Afinal:

1. Se a Administração Militar estivesse preocupada com eventual reflexo previdenciário do tempo de serviço anteriormente prestado, também deveria ter questionado se houve o trabalho remunerado perante a iniciativa privada, porque, para fins de contagem de tempo recíproco entre regimes de previdência, as contribuições recolhidas ao INSS também são contabilizadas. Ademais, considerando que a acusada não é bacharela em Direito, é difícil aceitar que soubesse da problemática do tempo recíproco entre regimes, dado que muitos profissionais do Direito a desconhecem;
2. Quanto à questão do tempo de serviço como oficial temporário, o ofício de fls. 290/291 esclareceu que o tempo de serviço anteriormente prestado não poderá ser somado ao tempo de serviço militar para o fim de aquisição de estabilidade. Aliás, o Estatuto dos Militares em nenhum momento reconhece o instituto da estabilidade para oficiais temporários (apenas o dispõe para as praças); e
3. Na declaração prestada pela acusada é indagado tempo de serviço anterior. Portanto, como não se declara a existência do desempenho, naquela época, de cargo, emprego ou função pública, não pode ser considerada como declaração da não acumulação de cargos.

Por outro lado, a Administração Militar, em todas as vezes que foi consultada por este Juízo, revelou a inexistência de prejuízos oriundos da declaração falsa prestada pela acusada, fls. 96 e 334/335. Cumpre lembrar que havia a carência de profissional da área de periodontia e que a acusada foi a única candidata que se apresentou com tal especialidade. Outro fato relevante foi apontado pela Defesa, o que a declaração foi prestada após o término do concurso.

Conclui-se que em nada as errôneas informações prestadas atentaram contra a Administração ou o Serviço Militar.

Além da flagrante atipicidade da conduta praticada, em observância ao previsto no art. 439, §1º, do CPPM, será igualmente demonstrado que não houve dolo específico por parte da acusada.

De início, cumpre analisar a natureza jurídica dos cargos não declarados pela ré que deram, em tese, origem ao crime capitulado na denúncia. Consoante lição de Maria Sylva Zanela Di Pietro¹ são servidores públicos:

¹ DI PIETRO, Maria Sylva Zanela, *Direito Administrativo* - 18ª Ed.- São Paulo: Atlas, 2005, p445



(...), em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

A renomada doutrinadora estabelece a seguinte classificação²:

1. os servidores estatutários, sujeitos ao regime estatutário e ocupante de cargos públicos;
2. os empregados públicos, contratados sob regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público;
3. os servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art.37, IX, da Constituição), eles exercem função, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.

Analisando os autos, percebe-se que a ré era meramente uma servidora temporária, regida por um contrato de prazo determinado (fls. 296/298), conforme suas declarações e das testemunhas:

Depoimento da ré (fls. 267/269):

(...) que preencheu a declaração de fl 22 informando ter zero anos, zero meses, zero dias de serviço público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, apesar de já ter trabalhado para a Municipalidade de João Pessoa, porque entendia que como não era emprego com carteira assinada, nem era concursada, sendo algo que não era fixo, achou que não precisava ser declarado(...)

Depoimento da testemunha Tarsila Nery Lima Batista (fls. 270/271):

(...) que a acusada era prestadora de serviço; que sabe que os contratos de prestação de serviço são celebrados de forma anual com a Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa; que já ouviu comentários de que alguns prestadores de serviço tiveram rescisão de seu contrato de trabalho de forma antecipada(...)

Depoimento da testemunha Judas Tadeu de Carvalho (fls. 272/276):

(...) que o vínculo que a acusada possuía com o Município de João Pessoa era na qualidade de prestadora de serviço; que ela não possuía carteira assinada; que havia um contrato de trabalho de vigência anual entre a acusada e o Município de João Pessoa; que da mesma forma como se procedia com os demais prestadores de serviço, os contratos eram regularmente renovados, salvo a prática de conduta desabonadora; que também poderia acontecer casos de rescisão antecipada do contrato, de iniciativa de ambas as partes;(...)

Ora, é crível que fosse de conhecimento da ré, como o é do grande público: que os cargos de servidor estatutário e empregado público são ocupados por pessoas que possuem certa "estabilidade"; que tais cargos são integrantes da estrutura da Administração Pública, o que não ocorreria com a função de servidor temporário, pois não haveria "cargo", mas "função" de natureza precária e transitória.

Desta feita, a Declaração de Voluntariado de fl. 22, no campo 5, usa a expressão serviço público sem fazer nenhuma distinção ou explicação maior, algo que para a ré, uma leiga nas Ciências Jurídicas, poderia ser compreendido como o ingresso na Administração

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo - 18ª Ed.- São Paulo: Atlas, 2005, p446



181
L

Pública através de concurso público (que entendia que como não era emprego com carteira assinada, nem era concursada, sendo algo que não era fixo).

Corroborar tal entendimento equivocado da ré a cláusula 13.1 do contrato administrativo firmado entre ela e a municipalidade de João Pessoa/PB:

13.1 – As relações de ordem jurídica estabelecidas entre a CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A) tem característica de natureza puramente administrativa e não geram vínculo empregatício de qualquer natureza ou espécie.

Sendo assim, comparando a conduta da ré com tipo previsto no art. 312, percebe-se a *prima facie* a ausência do dolo específico em ludibriar a Administração Militar. Há tão somente um evidente equívoco ao preencher tal documento. Ainda que o preenchimento equivocado fosse considerado decorrente de uma atitude negligente, não haveria o crime do art. 312, CPM, que somente é admitido na modalidade dolosa.

Nesse mesmo sentido é a jurisprudência do E. Superior Tribunal Militar abaixo colacionada (sem grifos no original):

Proc: AP – APELAÇÃO.

Num: 0000010-16.2004.7.03.0103 UF: RS Decisão: 23/08/2011

Data da Publicação: 27/10/2011 Vol: Veículo: DJE

Ministro Relator: Artur Vidigal de Oliveira

Ministro Revisor: Renaldo Quintas Magioli

Ministro Relator para Acórdão: Renaldo Quintas Magioli

EMENTA: *Apelação. Delito de Falsidade Ideológica. Preliminares. Incerteza quanto ao dolo. Tendo havido Apelo concorrente do Ministério Público Militar, a pena a ser tomada como referência para a contagem do prazo prescricional, em sede de preliminar, é a máxima prevista no preceito secundário do art. 312 do CPM e não a que concretamente foi arbitrada na Sentença a quo. Somente trazidas a lume e alegadas em sede de Apelação, encontram-se preclusas as matérias atinentes à conexão e prevenção, ao bis in idem e à continuidade delitiva. Preliminares que são rejeitadas por unanimidade. No delito de Falsidade Ideológica, o dolo reclamado é o específico, isto é, exige-se que o Agente lance a declaração mendaz no documento, tendo em mira um objetivo predeterminado e danoso à Administração ou ao Serviço Militar, vale dizer, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante; em suma, impõe-se que o Agente busque o *praejudicium alterius*, sem o que não se configura o elemento subjetivo do tipo da Falsidade Ideológica. Destarte, desvela-se a Falsidade Ideológica como um delito de tipicidade subjetivamente complexa, figurando a intenção de causar dano a terceiro como um dos seus insitos elementos. Insuficiência da prova para prover a certeza de que o Acusado tenha procedido com o dolo próprio do delito de Falsidade Ideológica, conforme tipificado no art. 312 do Código Penal Militar. No mérito, provimento, por maioria, ao Apelo defensivo, absolvendo-se o Acusado, com espeque no art. 439, alínea "e", do CPPM. Negado provimento ao Apelo do MPM.*

Essas são as razões pelas quais o pleito acusatório formulado na denúncia não será acolhido.

FO Nº 0000071-76.2012.7.07.0007



Página 12

